



ENTREVISTA: Rodrigo Loures sugere juros de 3% ao ano para destravar a economia

GOIÁS



Sistema
FIEG

Ano 37
nº 215
Jan/Fev
2007

INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás

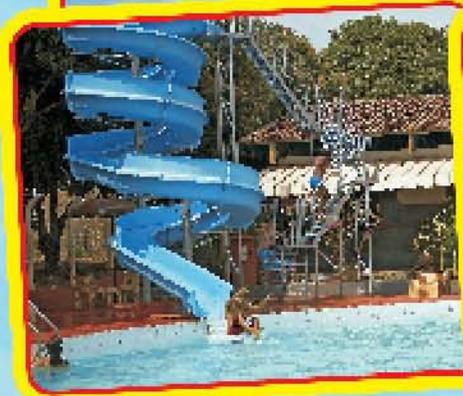


ARTIGO: "Persiste o mito de que um pouquinho de inflação não vai trazer problema".
Henrique Meirelles, presidente do Banco Central

Este não precisa ser o fim...

Confira como investimentos para enfrentar os impactos do aquecimento global e evitar emissões de gases do efeito estufa podem gerar oportunidades de negócios e lucros para empresas

Quem conhece o Sesi Aruanã não esquece os detalhes...



...e é por isso que o Sesi Aruanã agora está de cara nova, com os apartamentos todos reformados e uma estrutura de lazer, às margens do Rio Araguaia, que conta com:

- ▶ 40 apartamentos padrão luxo com (ar-condicionado, TV parabólica e minibar nos apartamentos)
- ▶ Lanchonete e restaurante
- ▶ Bar e churrasqueira à margem do rio
- ▶ Parque infantil e recreação dirigida
- ▶ Salão de jogos e quadras poliesportivas
- ▶ Estrutura de lazer com três piscinas adulto e infantil
- ▶ Banana boat e bicicletas para passeio
- ▶ Aluguel de barcos com guias especializados
- ▶ Camping

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

(62) 3216-0448

(62) 3216-0449

SESI Aruanã - Unidade Operacional de Lazer Olavo Costa Campos
Av. Altamiro Coia Pacheco, s/n, Setor Nova Aruanã
ARUANÃ-GO



SESI

22

Mudanças climáticas

O cenário mais drástico desenhado pelo IPCC, organismo criado no âmbito das Nações Unidas para acompanhar as mudanças do clima e propor medidas para evitar o agravamento da tendência de elevação da temperatura média do planeta, ainda pode ser evitado. Isso vai exigir um esforço significativo para reduzir emissões de poluentes e incrementar a conservação da natureza, mas também deverá abrir oportunidades de negócios para a indústria.



11

Balança comercial

Câmbio valorizado estimula as importações e limita o crescimento do superávit comercial também em Goiás. As compras externas realizadas a partir do Estado, que já haviam experimentado crescimento de 37,1% no ano passado, voltaram a bater recorde em janeiro deste ano, num salto de 45,6% frente a igual período de 2006. Saldo avançou 2,7% no mês, depois de apontar variação de apenas 0,66% em todo o ano passado.



17

Conjuntura

Desempenho dos principais indicadores industriais surpreendem o setor no final de 2006, com taxas de crescimento robustas, o que sinaliza resultados melhores ao longo de 2007. No primeiro mês do ano, a produção física do setor cresceu 18,4% em relação a igual período de 2006 e 5,8% perante dezembro, descontados fatores sazonais.

32

Arranjos produtivos

Como a consolidação de arranjos produtivos locais vem modificando profundamente a vida e o trabalho de artesãos, pequenos e médios empresários em Goiás, ao permitir maiores índices de profissionalização e qualificação, ampliar a oferta de trabalho e as possibilidades de negócios e de lucros.



SISTEMA FIEG**Federação das Indústrias do Estado de Goiás**

Presidente: Paulo Afonso Ferreira
 Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco,
 Casa da Indústria - Vila Nova
 CEP 74645-070 - Goiânia-GO
 Fone (62) 3219-1300 / Fax (62) 3229-2975
 Home page: www.sistemafieg.org.br
 E-mail: fieg@sistemafieg.org.br

Núcleo Regional da FIEG em Anápolis

Presidente: Waldyr O'Dwyer
 Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A,
 Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
 Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
 E-mail: nureaps@sistemafieg.org.br

SESI**Serviço Social da Indústria**

Diretor Regional: Paulo Afonso Ferreira
 Superintendente: Paulo Vargas
 E-mail: adm.sesi@sistemafieg.org.br

IEL**Instituto Euvaldo Lodi**

Diretor Regional: Daniel Viana
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
 Home page: www.ielgo.com.br
 E-mail: iel@sistemafieg.org.br

SENAI**Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**

Diretor Regional: Paulo Vargas
 Home page: www.senaigo.com.br
 E-mail: senaigo@senaigo.com.br

ICQ BRASIL**Instituto de Certificação Qualidade Brasil**

Diretor Regional: Daniel Viana
 Superintendente: Paulo Galeno Paranhos
 Home page: www.icqbrasil.com.br
 E-mail: icq@icqbrasil.com.br

DIRETORIA DA FIEG**PRESIDENTE**

Paulo Afonso Ferreira

1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Alves de Oliveira

2º VICE-PRESIDENTE

Wilson de Oliveira

3º VICE-PRESIDENTE

Ivan da Glória Teixeira

VICE-PRESIDENTES

Aluísio Quintanilha de Barros
 César Helou
 Flávio Paiva Ferrari
 Joviano Teixeira Jardim
 Marley Antônio da Rocha
 Ubiratan da Silva Lopes
 Eduardo Cunha Zuppani
 Luís Antônio Vessani
 Carlos Alberto Vieira Soares
 Fábio Rassi
 Sávio Cruvinel Câmara
 Elton Teles de Campos
 José Luiz Martin Abuli
 Aldrovando Divino de Castro Júnior
 José Magno Pato

1º SECRETÁRIO

Hélio Naves

2º SECRETÁRIO

Luiz Gonzaga de Almeida

1º TESOUREIRO

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º TESOUREIRO

Antônio de Sousa Almeida

CONSELHO FISCAL

Daniel Viana
 Heno Jacomo Perillo
 Waldyr O'Dwyer

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À CNI

Paulo Afonso Ferreira
 Sandro Antônio Scodro Mabel

CONSELHO DE REPRESENTANTES JUNTO À FIEG

Abílio Pereira Soares Júnior
 Adriano Pereira dos Santos
 Aldrovando Divino de Castro Júnior
 Aluísio Quintanilha de Barros
 Álvaro Otávio Dantas Maia
 Anísio Queiroz de Carvalho Jr.
 Antônio Clóvis Carneiro

Antônio de Sousa Almeida
 Carlos Alberto Diniz
 Carlos Alberto Vieira Soares
 Carlos Queiroz de Paula e Silva
 Carlos Roberto de Araújo
 Carlos Roberto Viana
 César Helou
 Cláudio Henrique Chini
 Cyro Miranda Gifford Júnior
 Daniel Viana
 Domingos Sávio Gomes de Oliveira
 Domingos Vilefort Orzil
 Edmar Sabino Neves
 Eduardo Cunha Zuppani
 Elton de Teles Campos
 Emílio Carlos Bittar
 Eurípedes Felizardo Nunes
 Fábio Rassi
 Flávio Paiva Ferrari
 Francisco de Faria
 Francisco Gonzaga Pontes
 Frederico Martins Evangelista
 Henrique Wilhem Morg de Andrade
 Hélio Naves
 Hélio Naves Júnior
 Humberto Rodrigues de Oliveira
 Jaime Canedo
 Jair Rizzi
 Jerry de Paula
 João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima
 Jorge Luiz Blazuz Meister
 José Antônio Vitti
 José Luiz Martin Abuli
 José Magno Pato
 José Romaldo Maranhão Neto
 José Vieira Gomide Júnior
 Joviano Teixeira Jardim
 Laerte Simão
 Leonardo Jayme de Arimatéa
 Leopoldo Moreira Neto
 Luiz Antônio Vessani
 Luiz Gonzaga de Almeida
 Luiz Rézio
 Mário Drummond Diniz
 Marley Antônio Rocha
 Mário Renato Guimarães Azeredo
 Nelson Pereira dos Reis
 Onofre Andrade Pereira
 Paulo Afonso Ferreira
 Pedro Alves de Oliveira
 Rodrigo Penna de Siqueira
 Sandro Antônio Scodro Mabel
 Sávio Cruvinel Câmara
 Segundo Braçios Martinez
 Ubiratan da Silva Lopes
 Valdenício Rodrigues de Andrade
 Wellington Soares Carrijo
 Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS E INSTITUIÇÕES**Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação**

Presidente: Ivan da Glória Teixeira
 Vice-Presidente: Melchiades da Cunha Neto

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Henrique W. Morg de Andrade
 Vice-Presidente: Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático de Infra-Estrutura

Presidente: José Rodrigues Peixoto Neto
 Vice-Presidente: Roberto Elias de Lima Fernandes

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Hélio Naves
 Vice-Presidente: Orizomar Araújo de Siqueira

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Humberto Rodrigues de Oliveira
 Vice-Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente: Antônio de Souza Almeida
 Vice-Presidente: Melchiades da Cunha Neto

Conselho Temático de Agronegócio

Presidente: Segundo Braçios Martinez
 Vice-Presidente: Igor Montenegro Celestino Otto

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Ronaldo Jair Sales
 Vice-Presidente: Alberto Borges

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg)

Representante Fieg: Melchiades da Cunha Neto

Rede Metrológica Goiás

Presidente: Heribaldo Egídio

GOIÁS INDUSTRIAL
 A revista do setor industrial do Estado de Goiás



Direção
 José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
 Joelma Pinheiro

Edição
 Lauro Veiga Filho

Subeditor
 Dehovan Lima

Reportagem: Andelade Pereira, Célia Oliveira, Geraldo Neto, Giovanna Amaral, Henrique Fonseca, Jávier Godinho, Eleyda Moreira, Isabel Alencar e Heloisa Lima

Colaboração: Wellington da Silva Vieira
Fotografia: Sílvio Simões
Diagramação, Produção e Publicidade:
 ND Editora e Publicidade Ltda.
 Rua 1034, nº 49, Setor Pedro Ludovico
 74823-190 - Goiânia-GO
 Fone: (62) 3255-6262
 E-mail: nd@ndeditora.com.br

Fotolito: Oficina de Arte
Impressão: Gráfica Kelps (Asa Editora)

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



Paulo Afonso Ferreira

Fieg não espera acontecer

O mundo desperta assustado para a realidade do aquecimento global, cientificamente apontado como responsável por catastróficas mudanças climáticas, que já começam a ser sentidas, tema principal desta edição da Goiás Industrial. Nessa circunstância, o verso de Vandrê, tão ao gosto popular, é um brado de advertência e uma palavra de ordem: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Não há tempo a perder, o momento é de grandes responsabilidades coletivas, das quais a Federação das Indústrias do Estado de Goiás está ciente, respondendo com ações concretas ao seu alcance.

Há mais de década, a Fieg criou seu Conselho Temático do Meio Ambiente e Recursos Naturais, empenhado em alertar as indústrias goianas sobre a necessidade de medidas voltadas para a gestão e a educação ambiental, adoção de tecnologias não poluentes e de práticas de produção mais limpa, redução e reaproveitamento de resíduos para reciclagem. Frutos de parcerias, nesse sentido realizaram-se cursos de capacitação, seminários e outros eventos buscando a conscientização empresarial sobre assunto de tamanha relevância e gravidade. Grandes indústrias e pequenas indústrias vêm respondendo positivamente, identificadas com o ideal de desenvolvimento sustentável, no uso de recursos naturais sem comprometer a disponibilidade deles pelas gerações futuras.

Gastos ambientais deixam de ser alocados como mais uma central de custos dentro das indústrias, passando a ser vistos como investimentos que abrem novas possibilidades de crescimento e lucro para as empre-

sas. Um bom exemplo disso está na Jalles Machado, que nesse campo investe e contabiliza bons resultados desde 1989. Para ela, a destinação do bagaço de cana de sua usina de álcool passou a ser fonte de renda, gerando eletricidade e ingressando no cobiçado mercado mundial dos créditos de carbono. Não é, pois, sem motivos que o grupo já coleciona prêmios e diplomas ambientais, certificados com base na ISO 14001:2004, relativos ao sistema de gestão ambiental adotado pela usina; certificação de produção orgânica, pelo Instituto Biodinâmico (IBD) para produção de álcool orgânico, e de Cogeração de Energia-Crédito de Carbono.

“Grandes indústrias e pequenas indústrias vêm respondendo positivamente, identificadas com o ideal de desenvolvimento sustentável”

Não apenas a Federação, mas todos os demais órgãos do Sistema Fieg – Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil –, cada qual em sua área, executam programas e ações de preservação e recuperação ambiental, em permanente sintonia com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Agência Ambiental, entidades empresariais e as próprias empresas. Na internet, é mantida a Bolsa de Resíduos, instituto econômico gerador de lucro aos participantes, ferramenta eletrônica com a qual qualquer empresa pode anunciar sobras próprias ou buscar excessos alheios, contribuindo na limpeza.

Mais intensamente ainda, a Federação se envolve no apoio e no incentivo à produção de energia alternativa, como o álcool e o biodiesel. Países do Primeiro Mundo, em necessidade crescente, recorrem ao Brasil, na ânsia de obtê-la. Nesse contexto, está Goiás, com sua força produtora atual e seu potencial extraordinário. Nesse processo, o Sistema Fieg não espera acontecer. ■

Juros de 3% ao ano

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rodrigo Costa da Rocha Loures tem uma visão clara dos caminhos que o País deve seguir para recuperar sua capacidade de crescimento. A começar pela redução dos juros para uma taxa real de 3% ao ano. A providência ajudaria a destravar decisões de investimento, além de reduzir o custo fiscal das intervenções do Banco Central no mercado cambial, reforçando a estratégia de compra de dólares para ampliar as reservas internacionais do País. Um dos efeitos colaterais dessa medida, igualmente bem-vinda, seria a correção da valorização do real frente ao dólar, uma tendência que hoje tem determinado certa desindustrialização no País e a especialização prematura e artificial do parque industrial nos poucos setores que ainda conseguem manter sua competitividade frente à concorrência internacional.

Goiás Industrial – Numa avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quais pontos destacaria como positivos e quais não apresentariam fundamentação econômica suficientemente sólida?

Rodrigo Costa da Rocha Loures – Vejo que o mérito do PAC está em proporcionar um movimento inicial para restabelecer o dinamismo na economia brasileira. O governo escolheu para isso uma estratégia que é a de prestar apoio para equacionar a (falta de investimentos em) infra-estrutura, especialmente nas áreas de logística, energia e saneamento, que são realmente três áreas prioritárias. Por todos os mecanismos que foram anunciados, tem-se o compromisso do presidente da República, que demonstra interesse na implantação do projeto, e dos ministros de áreas mais estratégicas também comprometidos com o programa, que é o caso dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Casa Civil, Dilma Rousseff, e do Planejamento, Paulo Bernardo. O simples fato de ter um programa contando com a atenção do presidente da República e dos três ministros é um fato alentador porque amplia as chances de que esses

Foto: Divulgação



Loures: o PAC inicia o processo que poderá restabelecer o dinamismo da economia

investimentos efetivamente aconteçam. Eles estão na direção correta, focando, como disse, as áreas de energia, logística e saneamento. Além disso, há medidas para apoiar a construção civil, outras voltadas para desonerar investimentos feitos em fábricas, na área de semicondutores e algumas delas visam à simplificação dos mecanismos de controle ambiental, tornando-os mais funcionais. Há um conjunto de iniciativas que concorrem para que haja uma retomada da ação do Estado enquanto ator coadjuvante no processo de crescimento da

economia. O fato de isso acontecer é auspicioso porque, na medida em que se coloca em movimento, beneficia alguns setores que precisam ser estimulados, como é o caso da construção civil e de toda a indústria fornecedora dos setores que estão sendo incentivados. Cabe a nós industriais aproveitar o momento para embalar o processo, oferecendo sugestões, fazendo interação com o governo para que o escopo do programa se amplie. Na medida do possível, por meio até de política industrial que venha complementar esse plano.

Goiás Industrial – A indústria já tem essas propostas elaboradas?

Loures – Estamos trabalhando no Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), na elaboração de uma agenda de política industrial para o Brasil, que queremos apresentar ao governo no final de abril. Além disso, temos já definido na CNI, de forma mais abrangente, o Mapa Estratégico da Indústria, que contempla uma série de definições sobre quais são as grandes direções consensuais para onde o setor deve caminhar. Em paralelo, existe uma agenda legislativa da indústria brasileira, que também é um documento que detalha a posição da CNI em relação a diversos temas que estão em discussão na Câmara e no Senado. A CNI está organizada para fazer a defesa de políticas públicas e de melhorias na legislação de forma a favorecer o crescimento da economia. A entidade está comprometida, acima de tudo, com a idéia de que é necessário o País reduzir os gastos públicos, alcançar um salto de qualidade na gestão fiscal, como pré-requisito indispensável para a aceleração sustentável do crescimento.

Goiás Industrial – Quais diretrizes deveriam ser contempladas em uma política industrial, na visão do setor?

Loures – Em primeiro lugar, entendemos que o Brasil precisa de estratégia que assegure parque industrial diversificado, uma vez que já temos estrutura variada presente em diversos parques do País e que faz sentido de acordo com as peculiaridades de cada região. Ou seja, a visão é de que a base industrial brasileira tem necessariamente de ser diversificada, porque esse já é um ativo disseminado por todo o País e que, por conseguinte, faz sentido econômico. Acontece que a política de câmbio adotada pelo

governo está levando o País em direção oposta a isso. Estamos caminhando para uma especialização, com estruturas industriais especializadas naqueles setores em que o Brasil tem vantagem competitiva e que são capazes de se manterem competitivos ainda que nossa moeda esteja muito valorizada. Há uma tendência de desindustrialização por conta de uma especialização artificial e forçada. Existe uma correlação entre quanto mais valorizado o câmbio de um país, maior a especialização de sua indústria, porque



Há um conjunto de iniciativas que concorrem para que haja uma retomada da ação do Estado como ator coadjuvante no processo de crescimento da economia

há redução no número de setores que se mantêm competitivos. São setores que, por qualquer razão, apresentam vantagem comparativa. No caso do Chile, seria o cobre. No caso brasileiro, seriam minérios e recursos naturais em geral.

Goiás Industrial – Quais são os demais fatores que colocam em risco a diversificação da base industrial brasileira?

Loures – De uma forma bem simples, é a política cambial mesmo. Todos os exemplos de crescimento sustentável e de longo prazo, com sete, dez anos de taxas positivas e expressivas, são de países que possuem política que garante câmbio competitivo e juros baixos, de forma a viabilizar investimento. Quanto maior a taxa de juros, menor a de investimentos e vice-versa. Exemplo disso é a Argentina, que tem mantido uma política de juros negativos, estimulando muito os investimentos por lá. Tem de ter uma taxa de juros baixa e câmbio competitivo.

Goiás Industrial – Nesse sentido, acredita que há contra-

dição entre o PAC e a política monetária?

Loures – Sem dúvida. O PAC tem um espírito, uma filosofia, um sentido. O Banco Central pensa de forma diferente. Isso é evidente. O problema não está em haver essa diferença entre setores da equipe econômica. A questão está sim em como se harmonizar as divergências. Na minha visão, o presidente da República é quem deve cumprir o papel de árbitro dessas pressões distintas. Para isso, ele precisa então se equipar com uma assessoria

que lhe permita refletir sobre os argumentos de cada lado, pesar as opiniões de cada setor e tirar a média, de acordo com as circunstâncias. Se isso não acontecer, se o presidente não cumprir o papel de moderador que se espera, certamente nos veremos no pior dos mundos, com duas forças antagônicas e desarticuladas na mesma equipe de governo, configurando-se um impasse.

Goiás Industrial – Nesse embate entre duas correntes claramente opostas dentro do governo, como se pode projetar para o futuro a execução do PAC? O cenário não se complica?

Loures – Acredito que, de alguma forma, o PAC caminhará em vista do fato de que o presidente da República está interessado, assim como os ministros da Fazenda, do Planejamento, da Casa Civil, indústrias, empreiteiros, concessionários. Existe uma massa crítica capaz de empurrar o PAC para a frente. A velocidade em que ele acontecerá é que pode depender dessa correlação de forças. Mas vai acontecer.

Goiás Industrial – Você vê disposição do setor privado em participar do processo de aumento da taxa de investimentos na economia?

Loures – Isso dependerá, evidentemente, da velocidade e do ritmo de implementação do PAC e também das taxas de juros. Na minha opinião, acredito que o governo tem de mudar a política econômica, substituindo a taxa de juros por outra âncora para assegurar a estabilidade dos preços. Nesse caso, a substituição dos juros deve acontecer a partir da adoção de âncora fiscal e por estratégia de apoio a investimentos que seja inteligente, ou seja, que identifique quais são os setores em que pode haver pressão de demanda e invista no aumento da capacidade de produção ali, transformando a pressão de demanda em um meio para estimular o crescimento com estabilidade. E havendo crescimento econômico, há um melhor aproveitamento dos recursos já existentes e ganhos de produtividade. A estabilidade de preços, assim, é consequência desses ganhos de produtividade, do incremento de produção, abrindo espaço a futuros investimentos, que por sua vez são resultantes da criação de um ambiente mais propício em vista da mudança de política de juros.

Goiás Industrial – Diante dessa análise, cabem duas questões. Qual seria o nível de juros considerado adequado pela indústria e por onde deveria caminhar o ajuste fiscal de qualidade, que o setor defende?

Loures – A meta de juros deve ser a de alcançar, no horizonte de um ano, dois anos no má-

ximo, uma taxa que tenha equivalência com aquelas praticadas em países emergentes, na faixa de 3% ao ano em termos reais (descontada a inflação em 12 meses). Isso para resolver uma questão macroeconômica. Em nível microeconô-



A CNI está comprometida, acima de tudo, com a idéia de que é necessário o País reduzir gastos públicos e alcançar um salto de qualidade na gestão fiscal

mico, não basta reduzir juros. Não é suficiente resolver essa questão, é necessário também, assim como temos o PAC, que oferece solução para aquelas questões que estão ao alcance do controle da máquina pública, instalar um plano e, por conseguinte, instrumentos e mecanismos capazes de prestar apoio para que os investimentos aconteçam naqueles setores de custo de oportunidade apropriados. Azeitar mecanismos de financiamento desses investimentos para aumentar a capacidade de produção, seja para favorecer exportações, como para atender ao aumento de consumo que vai decorrer evidentemente da redução das taxas de juros. Essa redução, por sua vez, permitirá a diminuição no custo da dívida pública, aliviando seu peso no caixa do Tesouro Nacional, proporcionando recursos para o governo, eventualmente até, se necessário, comprar dólares, formar reservas internacionais. A redução dos juros pela metade, por exemplo, significaria que o governo poderia financiar o acúmulo de reservas a um custo fiscal equivalente à metade do que se

tem atualmente. O governo, por meio do Banco Central, poderá dobrar sua capacidade de compra sem onerar-se excessivamente. Isso, logicamente, num processo de transição, tem de ser feito com base numa condução inteligente.

Essa mudança de direção requer condução competente.

Goiás Industrial – Isso significaria o início de dois processos desejados pelo setor produtivo...

Loures – A boa notícia é que o ministro Mantega, dia a dia, tem mais condições de conduzir esse processo, porque é um economista preparado, com uma equipe preparada. Colocou o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida na Secretaria de Política Econômica no Ministério. Agora está indo Paulo Batista Nogueira Jr. para o Fundo Monetário Internacional (FMI), como representante do Brasil. Nota-se que o ministro tem boa conexão com a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Então, ele é um homem bem articulado. Além de dominar a técnica econômica, o ministro da Fazenda revela ter competência política. O Banco Central vai cumprindo o seu papel, só que deixando de ser o ator principal e caminhando na direção de coadjuvante. Não quer dizer que não seja um ator importante, só que a instituição deixa de desempenhar papel central na equipe econômica.

Goiás Industrial – Você veria esse segundo mandato com cara mais desenvolvimentista?

Loures – Acredito que o presidente Lula não tem escolha. Não



(O ajuste fiscal) não exclui a necessidade de o País ter estratégia de desenvolvimento industrial clara, explícita, coerente, articulada

só por uma questão de compromisso político, mas de demanda. A necessidade de o Brasil preservar, por exemplo, estrutura industrial diversificada, que é a estratégia que melhor convém ao País, essa conveniência nacional acaba se impondo ao governo. O presidente não conseguirá ignorar essa realidade e terá que traduzir isso em políticas públicas. Vejo que ele está equipado, em seu ministério, com gente que tem compreensão disso e as condições de conduzir o processo. A própria ministra da Casa Civil é economista e doutora em Economia. Ela entende e sabe do que se está tratando.

Goiás Industrial – Você concorda com a corrente dentro do governo que sustenta que o ajuste fiscal poderá ser cumprido com crescimento da economia, dispensando medidas mais duras?

Loures – O ajuste fiscal é uma medida essencial, mas preliminar. Isso não exclui a necessidade de o País possuir estratégia de desenvolvimento industrial clara, explícita, coerente, articulada, apoiada por políticas públicas que dêem perenidade. Todo país que cresceu, e o próprio Brasil cresceu, com a sua indústria. Para a economia avançar 5%, é preciso que a indústria aumente 7% ou 8%. Para a economia se desenvolver 7%, a indústria precisaria crescer 10%, 11%, 12% ao ano. E é possível fazer isso. O Brasil já teve períodos em que a indústria cresceu por anos consecutivos à razão de mais de 15% ao ano. A indústria tem a propriedade de alavancar o desenvolvimento, porque, na sua lógica, o setor pressupõe progresso tecnológico, que se propaga tanto para o primário, quanto para o terciário.

Goiás Industrial – Você vê isso como um processo dinâmico? Quer dizer, não haveria constrangimentos importantes relacionados à capacidade instalada?

Loures – Isso se resolve com empreendedorismo no setor privado, e com competência na área pública, desde que esta tenha a responsabilidade de proporcionar infra-estrutura apropriada ao desenvolvimento, marcos regulatórios, reformas institucionais que viabilizem os investimentos privados. Isso depende do governo. Ou ele faz, deixa os outros fazerem ou faz em parceria com o setor privado, mas precisa providenciar mecanismos institucionais adequados para isso.

Goiás Industrial – Um dos objetivos, talvez central, de um ajuste fiscal seria a redução da carga tributária, vista como um dos empecilhos ao crescimento mais acelerado da economia.

Loures – É o principal fator. Mas mexer nessa área, sabi-

Goiás Industrial – O que se pode esperar para 2007 diante dos cenários que estão mais ou menos desenhados nesse momento?

Loures – Deveremos ter um crescimento pouco melhor do que no ano passado. Não deve ser uma aceleração expressiva porque faltou investimento, há incerteza em relação ao câmbio e tivemos a turbulência causada pela China recentemente. Essas marolas acabam refletindo-se no ânimo de investimento dos empresários. Talvez tenhamos taxa de crescimento cerca de 1% mais elevada do que em 2006. No ano que vem, o desempenho da economia dependerá, de um lado, da efetividade do PAC, com a criação de um clima de confiança e de entusiasmo dos investidores, e de outro das medidas que o governo poderá adotar para incentivar os investimentos,



Há uma tendência de desindustrialização por conta de uma especialização artificial e forçada da indústria, causada pela valorização do câmbio

damente, envolve tempo, não é uma “doença” de cura rápida. É um tratamento de longo prazo. Mas tem de se ter uma meta. Por exemplo, em cinco ou dez anos, a carga tributária deveria cair para 25% do Produto Interno Bruto (PIB), como nos Estados Unidos; para 20%, como na Argentina; ou para 16%, como na China. Isso dependerá da coragem de quem estiver no comando do País. Sem sombra de dúvida, essa é a questão mais relevante, mas é de longo prazo. Não é a única. Teremos de enfrentar as questões trabalhista, dos juros, dos marcos regulatórios, da desburocratização. O desenvolvimento é algo que envolve multiplicidade de variáveis, o que requer, por conseguinte, uma gestão complexa.

de termos uma política industrial. Há elementos suficientes e gente capaz de proporcionar ao governo idéias necessárias para recolocar o País na rota do crescimento. A maior dificuldade é de natureza política e administrativa, no sentido de promover um choque de gestão na área pública, em especial na federal. Dificuldade política no sentido de se conseguir articular o Congresso para votar as reformas que são necessárias.

Goiás Industrial – Dentre as reformas que você já mencionou, quais seriam essenciais na visão da indústria?

Loures – A reforma previdenciária, por exemplo, e a reforma fiscal. A redução dos gastos públicos é uma medida de gestão, que independe de reformas. ■

SINDICATOS COM SEDE NA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia - GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
 Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
 Presidente em exercício: Sandro Marques Scodro
 Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
 Presidente: Nelson Pereira dos Reis
 Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
 sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
 Presidente: Antônio de Sousa Almeida
 Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
 sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
 Presidente: Hélio Neves
 Fone/Fax (62) 3224-4462 - contato@simelgo.org.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
 Presidente: Mário Drummond Diniz
 Fone (62) 3229-2427/Fax 3224-5405
 simplago@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
 Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
 Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
 Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
 sincafe@sistemafieg.org.br

SINDAGO

Sindicato dos Areeiros do Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Diniz
 Fone/Fax (62) 3223-6667

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
 Presidente: Daniel Viana
 Fone (62) 3223-2050

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de GO, TO e DF
 Presidente: Fábio Rassi
 Fone/Fax (62) 3223-6667
 sindibrita@sistemafieg.org.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
 Presidente: Flávio Ferrari
 Fone (62) 3225-6412/Fax 3225-6402
 sindicalce@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal
 Presidente: José Magno Pato
 Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
 sindicarne@sistemafieg.org.br

SINDICURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
 Presidente: João Essado
 Fone (62) 3213-4900/Fax 3212-3970
 sindicurtri@uol.com.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
 Presidente: José Luiz Martin Abuli
 Fone (62) 3225-7888
 sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
 Presidente: César Helou
 Fone (62) 3212-1135/Fax 3212-8885
 sinleite@terra.com.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
 Presidente: Luiz Gonzaga de Almeida
 Telefax (62) 3225-1016
 sindipao@sistemafieg.org.br

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás
 Presidente: Aldrovando Divino de Castro Júnior
 Fone (62) 3224-0121 - sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
 Presidente: Carlos Alberto Vieira Soares
 Fone/Fax (62) 3224-7296
 sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
 Presidente: Aluisio Quintanilha de Barros
 Presidente em exercício: Marco Antônio Batista
 Fone (62) 3223-9703 - sindtrigo@sistemafieg.org.br

SININCEG

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
 Presidente: José Antônio Vitti
 Fone/Fax (62) 3223-6667
 sininceg@sistemafieg.org.br

SINPROCIM

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
 Presidente: Marley Antônio da Rocha
 Fone (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
 siac@sistemafieg.org.br

SINDQUÍMICA

Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas no Estado de Goiás
 Presidente: Eduardo Cunha Zuppani
 Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
 sinquitar@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
 Presidente: Francisco de Faria
 Fone/Fax (62) 3225-8933
 sinvest@sistemafieg.org.br

SINDICATOS COM SEDE EM OUTROS ENDEREÇOS**SIAGO**

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
 Presidente: Pedro Alves de Oliveira
 Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3251-3166/Fax 3251-3691- siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente-Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Alcool no Estado de Goiás
 Presidente: Segundo Braoios Martinez
 Presidente-Executivo: Igor Montenegro Celestino Otto
 Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045 - sifaeg@terra.com.br

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
 Presidente: Wellington Soares Carrijo
 Rua Costa Gomes, nº 143 - Jardim Marconal - CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
 Fone/Fax (64) 3613-4810

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia
 Presidente: Frederico Martins Evangelista
 Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista - CEP 74180-160 - Goiânia - GO
 Fone/Fax (62) 3092-4477 - agicon@agicon.com.br

SINDUSCON-GO

Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás
 Presidente: Joviano Teixeira Jardim
 Rua João de Abreu, nº 427 - Setor Oeste - CEP 74120-110 - Goiânia - GO
 Fone (62) 3095-5155/Fax 3095-5176/5177
 contato@sinduscongoias.com.br

SINDICATOS COM SEDE EM ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis / GO
 CEP 75113-630 Fone/Fax (62) 3324-5768 e 3311-5565
 e-mail: sind.industria@terra.com.br

SIAA

Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis
 Presidente: Wilson de Oliveira

SICMA

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
 Presidente: Ubiratan da Silva Lopes

SIMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
 Presidente: Elton de Teles Campos

SINDICER

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
 Presidente: Laerte Simão

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
 Presidente: José Vieira Gomide Júnior

Estímulo às importações

Exportações voltam a bater recorde, mas câmbio valorizado incentiva compras e limita crescimento do superávit comercial em Goiás

Os efeitos do câmbio supervalorizado já haviam impedido crescimento mais forte do superávit na balança comercial de Goiás no ano passado, impondo variação de somente 0,66% na comparação com 2005. Neste ano, o mesmo fator tem estimulado o avanço das importações e continua limitando a variação do saldo comercial, mesmo que as exportações ainda experimentem taxas de incremento substanciais, influenciadas por fatores específicos.

Em primeiro lugar, o grande apetite dos países asiáticos, China à frente, por matérias-primas (grãos e metais) contribuiu para alavancar as vendas. O incremento nos embarques de carne bovina, ainda como reflexo do embargo imposto pelos principais compradores a algumas das principais regiões produtoras do País; e a valorização observada entre o final de 2006 e o início deste ano para as principais commodities exportadas pelo Estado, com destaque para a soja, mais uma vez, completam o cenário.

No primeiro bimestre deste ano, Goiás exportou US\$ 250,582 milhões, o melhor resultado para o período desde que as estatísticas sobre comércio exterior começaram a ser computadas por Estado, perante US\$ 191,888 milhões nos primeiros dois meses de 2006, significando um incremento de 30,6%. As importações somaram US\$ 181,652 milhões, novo recorde, crescendo 45,6% em relação ao primeiro bimestre do ano passado. A diferença entre compras e vendas gerou saldo positivo de US\$ 68,930 milhões, com variação de apenas 2,72% frente ao mesmo período de 2006 (US\$ 67,099 milhões).

“A questão cambial, no Brasil, aproxima-se de uma situação de alto risco, estimulando, de um lado, as importações de produtos manufaturados e bugigangas e, de outro, levando o País a concentrar o aumento das exportações em commodities, numa forma de especialização distorcida”, comenta o coordenador técnico da Federação das Indústrias

do Estado de Goiás (Fieg), Wellington da Silva Vieira.

Neste ano, prevê o presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, Ronaldo Jair Sales, as vendas externas tendem a continuar crescendo sob impulso da valorização das cotações das commodities no mercado externo. Considerando-se o mesmo volume embarcado em 2006, Sales estima avanços entre 5% e 10% para as exportações goianas, que chegariam a algo entre US\$ 2,2 bilhões a US\$ 2,3 bilhões.

Sales considera preocupante a extrema concentração da pauta de exportações em commodities, o que cria uma dependência da balança comercial goiana em relação a um segmento sujeito a oscilações freqüentes no mercado internacional. “Os complexos soja, carnes e de minérios respondem por quase 90% das vendas externas”, comenta. Essa tendência, na visão de Sales, tenderá a prevalecer por um bom tempo ainda. “Para o futuro, pre-



Operação de embarque em Santos: soja e carne bovina responderam por 73% do crescimento das exportações entre 1998 e 2006

ocupa a perspectiva de concentração das operações externas em torno do etanol, que avança sobre áreas de pastagens e de cultivo de soja.

O impacto da excessiva valorização do real frente ao dólar, numa escala não reproduzida por nenhum dos demais concorrentes do Brasil ao redor do mundo, pode ser vislumbrado também nos dados da balança comercial goiana. No ano passado, as exportações de produtos básicos e produtos semimanufaturados, que correspondem a menores índices de agregação de valor e baixo conteúdo tecnológico, representaram 95% de todas as vendas realizadas no mercado internacional por empresas instaladas em Goiás. Os produtos manufaturados tiveram participação reduzida de 6,1% em 2005 para menos de 5% no ano passado. No outro prato da balança, os manufaturados responderam por 89,1% do total das compras externas do Estado, perante uma participação de 84,5% em 2005.

As importações de bens de consumo experimentaram salto de 71,5% no ano passado, sempre na comparação com 2005, passando a representar 23,3% das compras externas totais do Estado, diante de 18,6% um ano antes. Entre bens intermediários (insumos para a indústria) e bens de capital (máquinas e equipamentos), as importações cresceram, pela ordem, 32% e 21% e a fatia de cada um no total das compras externas recuou, no primeiro caso, de 63% para 60,6% e de 18,2% para 16,1%.

“Embora a pauta de exportação goiana ainda seja composta essencialmente por produtos básicos, com participação de 81% sobre o total, e em sua maioria commodities, os 19% tidos como produtos industrializados (manufaturados e semimanufaturados) caminham em boa direção”, comenta Plínio Viana, gerente do Centro Internacional de Negócios de Goiás (CIN) da Fieg.

Foto: Marcus Vinicius



Distribuição de medicamentos: setor registra forte crescimento das importações

Na avaliação de Viana, em 2006, “mais uma vez os números mostraram o crescimento do comércio exterior goiano, porém é importante chamar atenção para a diminuição significativa no crescimento do saldo da balança comercial em Goiás (diferença entre o que se exportou e o que se importou)”. Na comparação com 2005, as exportações cresceram 15,2%, um ponto percentual abaixo da média nacional (mais 16,2%), atingindo US\$ 2,092 bilhões – recorde absoluto em toda a série histórica de dados do setor. As importações, no entanto, saltaram de 37,1%, para US\$ 992,71 milhões, valor igualmente recorde e uma taxa quase 13 pontos acima do índice médio de variação observado para o restante do País. O resultado foi um superávit de US\$ 1,099 bilhão, o maior da história, mas apenas US\$ 7,26 milhões acima do saldo anotado em 2005 (0,66% a mais).

“Em uma análise de longo prazo, nos últimos dez anos (1996-2006)”,

retoma Viana, “observa-se os seguintes dados: as exportações cresceram na ordem de 440%, as importações 311%, o saldo da balança comercial 655% e o intercâmbio comercial (soma das exportações e importações) aumentou 390%”. Prossegue Viana: “Esse crescimento desproporcional das importações é um mau sinal para Goiás? Longe disso, se analisarmos o conteúdo dessas importações. Sob a ótica do CIN, é mais uma constatação da consolidação do segmento industrial no Estado, o que nos leva a crer que o trabalho realizado pela Fieg tem surtido efeito e que a política industrial goiana está no caminho certo, embora possa melhorar em se tratando de comércio exterior”.

Ainda na visão do gerente do CIN, a afirmação seria “facilmente comprovada quando se observa que 42% dessas importações correspondem a insumos industriais e que 16% são bens de capital, ou seja, a transformação e a agregação

de valor a esses insumos acontecem em Goiás”. Viana ainda acrescenta que a destinação dos produtos finais reflete decisões empresariais, ditadas por oportunidades de mercado. “Se eles estão sendo destinados ao mercado interno ou externo é uma questão de conveniência. Isso pode se caracterizar como um processo de internacionalização das empresas (via de mão dupla – exportação e importação), muito melhor do que simplesmente um fluxo exportador, que muitas vezes se resume a apenas vendas de commodities, o que também é importante, porém não gera distribuição de renda e emprego à sociedade”.

O avanço das vendas externas realizadas a partir de Goiás no ano passado foi puxado por um aumento dos preços médios dos produtos embarcados, já que o volume total caiu 8,8% em relação a 2005. O valor médio das exportações aumentou 26,3% na mesma comparação – abaixo, portanto, da variação observada para o preço médio dos produtos importados (mais 46,6%).

A perda observada pode ser explicada em função de uma retração de 8,7% nos embarques de soja em grão e de 25% no caso do farelo de soja. No primeiro caso, as exportações recuaram de 3,066 milhões para 2,8

milhões de toneladas (266 mil toneladas a menos). As vendas de farelo encolheram de 1,429 milhão para 1,073 milhão de toneladas, significando perda de 356,15 mil toneladas.

O ganho observado entre 2005 e 2006 para o total das exportações goianas foi fortemente influenciado por uma estratégia de curto prazo adotada pela indústria de carnes, numa reação defensiva ao embargo imposto às regiões afetadas pela febre aftosa desde o final de 2005. Parte dos embarques realizados a partir de Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, do Paraná e Rio Grande do Sul foi deslocada para Estados livres do bloqueio internacional, caso de Goiás. “Houve transferência de exportações para Goiás, mas não propriamente de abates”, comenta Welington da Silva Vieira, coordenador técnico da Fieg.

Isso explica, assim, por que as vendas externas de carne bovina entraram em disparada. No ano passado, as exportações do setor, incluindo miudezas derivadas do abate de bovinos, somaram US\$ 624,852 milhões, crescendo 148,7% em relação aos US\$ 251,216 milhões embarcados em 2005. O ganho, US\$ 373,636 milhões, compensou as perdas registradas no setor de soja, com exportações 17,1% mais baixas (ou menos US\$ 177,441 milhões).

Sem o incremento anotado no setor de carne bovina, as exportações goianas teriam recuado em 2006. As vendas externas de todos os demais produtos, excetuando-se soja e carne bovina, cresceram 15%, passando de US\$ 528,971 milhões para US\$ 608,510 milhões – numa variação absoluta, portanto, de US\$ 79,534 milhões, insuficiente para repor as perdas de US\$ 177,441 milhões acumuladas pelo setor de soja.

Mercados – Os principais destinos das exportações goianas, destaca Viana, foram países da União Européia, Ásia e África. No ranking dos Estados exportadores, Goiás encerrou o ano de 2006 na 11ª posição, com participação de 1,52% no total das exportações brasileiras, uma posição acima da 12ª colocação alcançada em 2005. Viana classifica como “relevante” para a “continuidade da expansão das exportações goianas e distribuição de renda e emprego” a diversificação dos municípios produtores e exportadores em Goiás. “O aumento da participação de novos municípios no comércio exterior dá sustentabilidade à expansão das vendas e ao desenvolvimento do Estado”, cita, lembrando que “Goiânia é apenas a quarta no ranking das cidades exportadoras. Antes, aparecem as cidades de Itum-



Mitsubishi: indústria lidera importações em Goiás

biara (11,93%), Palmeiras de Goiás (11,75%) e Goiatuba (11,71%)”.

No caso das importações, matérias-primas e bens intermediários lideram a relação de bens e mercadorias comprados lá fora pelo Estado, surgindo como principais mercados fornecedores a Ásia, os Estados Unidos e a Europa. “No ranking dos 40 produtos mais importados por Goiás estão basicamente medicamentos, peças para automóveis e tratores e fertilizantes, demonstrando o impacto das emergentes indústrias montadoras de veículos e farmacêutica na economia goiana”. Goiânia surge como a terceira no ranking das cidades importadoras. “Confirmando a vocação das indústrias emergentes, aparecem antes as cidades de Anápolis (39%) e Catalão (29%)”, diz o gerente.

Para este ano, Viana alimenta a expectativa de manutenção da tendência de avanço do intercâmbio comercial do Estado com outros países, “independente das taxas e valores de crescimento das exportações e importações”.

Conforme apontou Viana, a dependência das exportações goianas em relação a produtos básicos ainda é acentuada, a despeito da retomada recente do processo de industrialização. Entre 1998 e 2006, duas categorias



Plínio Viana: “A indústria goiana mostra sua cara na balança comercial”

de produtos – o chamado “complexo soja” (grão, farelo e óleo) e a carne bovina – responderam por quase 73% do crescimento absoluto verificado para as vendas externas, o que contribuiu para elevar a participação dos produtos básicos na pauta de exportações estaduais de 66,8% para 81,08% em igual período.

Acrescentando as vendas externas de couro bovino, açúcar, aves e suínos, a contribuição para o crescimento chega a 89,2%. Vale dizer, apenas seis classes de produtos agropecuários e derivados responderam por quase 90% do aumento acumulado pelas exportações.

No total, as exportações goianas saltaram de US\$ 381,669 milhões em 1998 para US\$ 2,092 bilhões no ano

passado, numa variação acumulada de 448,1%. No mesmo intervalo, as vendas externas de todo o País cresceram 168,8%. A fatia goiana na pauta brasileira de exportações avançou de 0,75% para 1,52% – nível que se manteve virtualmente inalterado nos últimos dois anos – estacionando abaixo da participação ostentada pela economia do Estado no Produto Interno Bruto (PIB) do País, na faixa de 2,3%.

Importações – Segundo estatísticas da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), dois grupos de produtos foram responsáveis por 64,3% do incremento das importações no ano passado. Entre 2005 e 2006, as compras de peças, partes e acessórios para veículos e tratores cresceram 29,2%, US\$ 220,677 milhões, representando 18,56% da variação absoluta das importações totais do Estado. Como o setor concentra suas vendas no mercado interno e exportou apenas US\$ 16,242 milhões no ano passado (27,5% a mais), registrou déficit de US\$ 204,435 milhões, num avanço de 29,34% perante 2005 (US\$ 158,057 milhões).

Ainda que as exportações de produtos farmacêuticos tenham crescido 74 vezes desde 2005, seu baixo valor não impediu que o déficit comercial do setor mais do que triplicasse no ano passado, refletindo um salto de 245,7% nas importações. A indústria de medicamentos comprou lá fora US\$ 172,643 milhões no ano passado, mas exportou US\$ 69,889 milhões, resultando num déficit de US\$ 165,653 milhões (US\$ 49,004 milhões no ano anterior).

Uma única multinacional do setor de medicamentos, que não tem planta industrial em Goiás, foi responsável por 60,6% de toda a variação absoluta observada para as importações do Estado em 2006. A Roche realizou importações no valor de US\$ 215,025 milhões no ano passado (mais 312,7%).

Manufaturados e déficit

No ano passado, quando as exportações goianas bateram o sétimo recorde consecutivo, atingindo US\$ 2,092 bilhões (15,2% mais do que em 2005 e quase cinco vezes e meia maiores do que em 1998), as importações de produtos manufaturados superaram as exportações em US\$ 780,617 milhões, um “rombo” 51,44% mais elevado do que em 2005 (déficit de US\$ 515,471 milhões).

As importações de manufaturados cresceram 41,4% entre 2005 e 2006, saindo de US\$ 626 milhões para US\$ 884,97 milhões, enquanto as exportações encolheram 5,6% no mesmo período, baixando de US\$ 110,529 milhões para US\$ 104,353 milhões. O aumento das importações de manufaturados, estimulado pelo dólar valorizado, afetou o desempenho da balança comercial no ano passado, resultando numa variação apenas marginal para o saldo final, favorecido pelo segmento de produtos básicos. Com exportações de US\$ 1,696 bilhão (11,6% mais do que em 2005) e importações de apenas US\$ 25,069 milhões, a balança comercial de produtos básicos encerrou 2006 com superávit de US\$ 1,671 bilhão.

O papel do CIN na promoção comercial

Nos próximos dias, a Alca Foods, de Itumbiara (GO), deverá realizar sua segunda remessa de produtos matinais para o mercado chileno. A Brasil Central Alimentos, que produz conservas e achocolatados em Santa Helena, mudou a apresentação de seus produtos para arriscar a sorte também no Chile. Em outra área, a confecção Ville D'Ouro, dona das marcas Poty-Rô, BR Blue e Night Co., prospecta oportunidades de negócios na França.

Um dado comum liga as três empresas: todas estariam no mercado mundial pelas mãos do Centro Internacional de Negócios (CIN), da Fieg. Criado para prestar serviços de assessoria, pesquisa e estudos de mercado a pequenas e médias indústrias, segundo Johanna Guevara, assistente técnica do centro, o organismo assessoria a montagem de projetos de certificação de origem, que permitirão às empresas credenciadas participar de benefícios tarifários no exterior e de acordos comerciais do Brasil com outros países.

“Trabalhamos na divulgação e na formação de uma cultura exportadora entre as empresas, estimulando sua internacionalização, além de coordenar a participação de indústrias em feiras e eventos internacionais, palestras, seminários e cursos de qualificação”, resume Johanna. A equipe do CIN, coordenada pelo gerente Plínio Viana, responde pelo trabalho de preparação e consolidação de estatísticas relacionadas ao comércio exterior no Estado, além de operar os programas EuroCentro, em parceria com a União Européia, Exporta CIN e Start Export.

Em abril, o CIN inicia a fase piloto de um programa de cursos de capacitação em comércio exterior



Johanna Guevara: desenvolvimento de capacidade exportadora

que se estenderá ao longo dos 12 meses seguintes, voltado para empresas que ainda não têm experiência exportadora ou que pretendam aprimorar a área internacional. Esta primeira fase será integralmente desenvolvida em Goiânia, mas deverá ser levada aos principais muni-

cípios exportadores do Estado nas próximas etapas.

Criado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em outubro de 2005, o Exporta CIN, de acordo com Clarissa Gonzalez, técnica em comércio exterior do CIN/Fieg, permite a aplicação de metodologia customizada (ou seja, adaptada às condições e à vocação de cada empresa) com o objetivo de internacionalizar as indústrias interessadas, “criando competência na área de comércio exterior”. Atualmente, participam do programa a Alca Foods, Brasil Central Alimentos e a Ville D'Ouro.

As duas primeiras enfrentam a última etapa do processo, caracterizada pela prospecção de mercados in loco. A Brasil Central, por exemplo, com a ajuda de um agente comercial contratado pela CNI (mas remunerado pela empresa), identificou a necessidade de adaptar a embalagem de seus produtos achocolatados às exigências do consumidor chileno,

Manufurados reduzem participação nas exportações

(Participação no total das vendas externas de Goiás, em %)

Ano	Básicos	Industrializados	Semimanufurados	Manufurados
1994	70,73	29,27	29,61	8,66
1995	51,80	48,21	37,32	10,89
1996	62,09	37,91	30,16	7,75
1997	67,03	32,98	26,46	6,52
1998	66,80	33,20	25,67	7,53
1999	62,96	37,04	29,10	7,94
2000	74,17	25,83	21,09	4,74
2001	71,50	28,50	22,95	5,55
2002	72,63	27,87	23,08	4,29
2003	81,72	18,28	14,71	3,57
2004	78,45	21,54	18,40	3,15
2005	83,68	16,32	10,23	6,09
2006	81,08	18,92	13,93	4,99

Fonte: Secex

Elaboração: Fieg - Centro Internacional de Negócios (CIN)

passando a dispensá-los em sachê – uma tendência predominante nos supermercados daquele país.

“Numa primeira etapa, fazemos uma avaliação da capacidade exportadora da empresa e um diagnóstico de seus pontos fortes e fracos e, portanto, das melhorias que deverão ser implementadas. Em seguida, passamos a uma análise de mercado, a partir do levantamento de dados estatísticos. Isso nos permite identificar três opções de mercado, que serão, mais tarde, avaliados de forma mais profunda”, descreve Clarissa.

Depois de escolhido o mercado-alvo, a empresa começa a trabalhar, com a assessoria do Exporta CIN, no plano de exportação que incluirá a indicação do potencial da empresa, as metas pretendidas, assim como sua capacidade de atender à demanda. “Em seguida, definimos tarefas de prospecção, o que significa despachar amostras de produtos e confeccionar tabelas de preços destinados ao mercado definido na fase anterior”, prossegue Clarissa. O agente comercial, na verdade um técnico da própria CNI, entra em campo a partir daí. Confirmadas as primeiras encomendas, a empresa passa a ser acompanhada por uma equipe formada por um técnico do



Clarissa Gonzalez: definição de pontos fortes e fracos em cada empresa

CIN/Fieg, o próprio agente da CNI e um consultor externo, contratado pela CNI. A partir de abril, o programa deverá incorporar novidades e alguns ajustes à sua condução. “O formato continuará o mesmo”, lembra Johanna.

O Start Export, por sua vez, resultou de um acordo com o EuroCentro de Santa Catarina, que já trabalhava com esse programa há mais ou menos dois anos, depois de adaptar a metodologia importada dos Copecos (equivalente europeu dos EuroCentros brasileiros) da França e da Inglaterra. Neste mês de

março, o CIN/Fieg estará treinando os consultores que participarão do programa.

Assim como o Exporta CIN, também o Start Export tem como objetivo promover a internacionalização das empresas com potencial e vocação exportadora, transferindo tecnologia de gestão em comércio exterior, detalha Johanna. A diferença é que o irmão mais novo do Exporta CIN trabalhará com empresas onde a atividade exportadora ainda não existe ou está em fase embrionária. A idéia é formar uma ou duas pessoas da própria empresa participante para que contribuam para a estruturação da área internacional dentro da indústria.

Serão 12 cursos, em seqüência lógica e didática, ministrados por um consultor externo. O programa será concluído com a realização de um estudo de mercado em busca de oportunidades de negócios.

O EuroCentro funciona como uma representação no Estado da União Européia e operacionaliza o Programa AL Invest, que por sua vez contempla oito métodos ou modos de ajuda a empresas com interesses comerciais nos mercados da América Latina e da Europa. ■

Balança comercial bate recordes em Goiás

(Valores em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1997	475,66	258,87	216,79
1998	381,67	311,89	69,78
1999	325,88	318,56	7,33
2000	544,77	373,99	170,78
2001	595,07	390,14	204,93
2002	649,08	326,81	322,27
2003	1.102,20	376,77	725,43
2004	1.411,77	625,36	786,41
2005	1.816,29	724,00	1.092,29
2006	2.092,03	992,71	1.099,32

Fonte: Secex

Rombo crescente

(Balança comercial de produtos manufaturados, valores em US\$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo
1998	28,743	225,493	(196,750)
1999	25,877	266,794	(240,917)
2000	25,832	314,921	(289,089)
2001	33,048	336,378	(303,330)
2002	27,869	279,496	(251,627)
2003	39,386	311,212	(271,826)
2004	67,756	509,200	(441,444)
2005	110,529	626,000	(515,471)
2006	104,353	884,970	(780,617)

Fonte dos dados brutos: Secex



Barro Alto: projeto prevê a produção de 36 mil toneladas de níquel por ano

Foto: Divulgação

A (boa) surpresa

Desempenho da indústria no final de 2006 fica acima do esperado e sinaliza resultados mais promissores para 2007

Depois de experimentar desaceleração em 2006, a produção industrial do Estado poderá anotar crescimento mais rápido neste ano, puxado pelos setores de cana, açúcar e álcool, mineração e alimentos. Os dados do último trimestre do ano passado animaram o setor, que teve um segundo semestre mais favorável, antecipando melhores resultados para 2007. “Ao contrário do que ocorreu no início de 2006, quando esperávamos resultados mais magros ao longo do período, as perspectivas para 2007 são mais positivas”, comenta o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Paulo Afonso Ferreira, ao fazer um balanço da atividade industrial durante o ano passado e apresentar as previsões disponíveis para o setor neste ano.

Os primeiros indicadores divulgados parecem dar suporte às projeções da Fieg. Em janeiro deste ano, a

indústria de transformação respondeu por mais da metade do saldo de novos empregos criados em Goiás, com a abertura de 5.266 novas ocupações ou 92% mais do que no mesmo mês do ano passado. A produção industrial, segundo o IBGE, cresceu 18,4% em relação a janeiro do ano passado, com avanço de 13,1% para a indústria de transformação, responsável por 70% do resultado apresentado no mês pelo setor. Os destaques ficaram por conta dos setores de alimentação e bebidas (mais 10,3%) e de produtos químicos (mais 33,4%).

No balanço final de 2006, devido ao comportamento mais favorável do que o esperado originalmente, o desempenho dos indicadores industriais chegou a surpreender a alta direção da Fieg e sua equipe de analistas. Inicialmente, avalia Welington da Silva Vieira, coordenador técnico da instituição, havia a expectativa

de alguma recuperação ao longo do ano, substituída, a partir da segunda metade do ano, pela consolidação de um cenário de forte expansão do nível de atividade, refletida num salto de 10,93% nas vendas reais (já descontada a inflação) – melhor desempenho desde 1993 – e de 23,77% no total de salários pagos pelo setor, um recorde em toda a série histórica do indicador. O avanço da massa salarial, resultado da multiplicação do salário real médio pelo total de empregados, sofreu influência direta do incremento de 8,59% experimentado pelo emprego, no quarto ano consecutivo de crescimento, enquanto as horas trabalhadas tiveram variação de 3,3%.

Dados desagregados mostram que o desempenho das vendas da indústria goiana foi influenciado mais fortemente pelo comportamento da economia no restante do País. As vendas da indústria em geral dentro do Es-



Votorantim Metais: estreia no mercado de ferroníquel marcada para 2009

Foto: Divulgação

tado cresceram apenas 6,08%, diante de um salto de 15,43% para os demais Estados da Federação. A indústria de extração mineral transitou na contra-mão desse processo, ao anotar tombo de 20,53% nas vendas fora do Estado, com avanço de 3,39% aqui dentro. Para a indústria de transformação, ao contrário, as vendas cresceram 23,4% fora do Estado e registraram variação positiva de 6,7% em Goiás.

O índice de utilização da capacidade instalada na média do setor como um todo, um indicador importante para sinalizar a capacidade futura de crescimento da indústria, subiu 3,16 pontos, passando de 79,8% para 82,96%. Na visão de Vieira, haveria folga para um aumento da produção física entre 5% e 6% sem que isso represente pressão inflacionária. Entre os diversos setores analisados, a indústria de açúcar e álcool, “vedete” maior neste momento, diante das possibilidades oferecidas pelo etanol como combustível renovável e mais limpo do que o petróleo e seus derivados, operou a maior queda.

As usinas do setor, aparentemente em função dos investimentos realizados na expansão da base instalada

e da elevada sazonalidade, reduziram o índice de utilização em 9,98 pontos percentuais. Contrariando previsões, as vendas de açúcar e álcool dentro do Estado sofreram baixa de 10,98% no ano passado, mas saltaram 46,75% para os demais Estados. Comportamento semelhante ao indicado para o setor de minerais não metálicos (cimento, areia, brita, cerâmica), com queda de 5,25% no Estado e elevação de 41,2% para fora do Estado.

A indústria extrativa mineral, que anotou recuo de 3,1% nas vendas ao longo do ano, corte de 0,85% no emprego e de 3,06% nas horas trabalhadas, ampliou seu índice de utilização da capacidade em quase 11 pontos, além de reajustar sua folha de salários em 4,7%. O segmento de extração mineral ocupou 85,91% de sua capacidade, diante de 75% no ano anterior. O desempenho das vendas foi afetado especialmente pelo comportamento do setor externo, conforme sugere o balanço consolidado do Grupo Eternit, controlador da Sama, maior produtora de amianto crisotila no País.

“As vendas da controlada Sama”, descreve a mensagem aos acionistas do grupo, “somaram 221,6

mil toneladas em 2006, com redução de 4% em relação ao exercício anterior (231,3 mil toneladas). As exportações, que representaram 59% desse total, registraram queda de 9% no ano, reflexo de política comercial concentrada em produtos de maior valor agregado e em mercados mais rentáveis a fim de minimizar os impactos da valorização do real. Por outro lado, o mercado doméstico apresentou crescimento de 4% nas vendas, acompanhando o crescimento da controladora Eternit”.

A participação da Sama na receita líquida consolidada do grupo recuou de 38% para 35%, indicando queda de 6%, para alguma coisa ao redor de R\$ 132,6 milhões no ano passado. Desde 2004, medidas em volume, as vendas de amianto ao exterior caíram 18,6%, refletindo a estratégia defensiva adotada pela empresa para driblar a apreciação cambial, enquanto cresceram 3,2% no mercado interno – variação insuficiente para compensar a queda das exportações. A reestruturação reduziu a participação do mercado externo de 64,8% para 59% das vendas totais entre 2004 e 2006.

Analisando a indústria em geral, o setor de metalurgia, onde se destaca a produção de ferronióquel e ferronióbio, alcançou um índice de ocupação da capacidade instalada de praticamente 88,89% na média do ano passado, atingindo 90,3% em dezembro. Em 2005, a ocupação média no setor havia sido de 87,8%. A situação não chega a preocupar, no entanto, pois o setor já deflagrou planos de expansão vigorosa da capacidade instalada, estimulado pelo aquecimento do mercado global de metais e ligas metálicas.

A indústria metalúrgica ampliou suas vendas, entre 2005 e 2006, em nada menos do que 68,36% em termos reais (mais 6,89% dentro do Estado e salto de 87,52% para as vendas realizadas fora de Goiás), muito embora tenha reduzido as horas trabalhadas em 0,54%. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção física da indústria de metalurgia básica cresceu 7,2% no

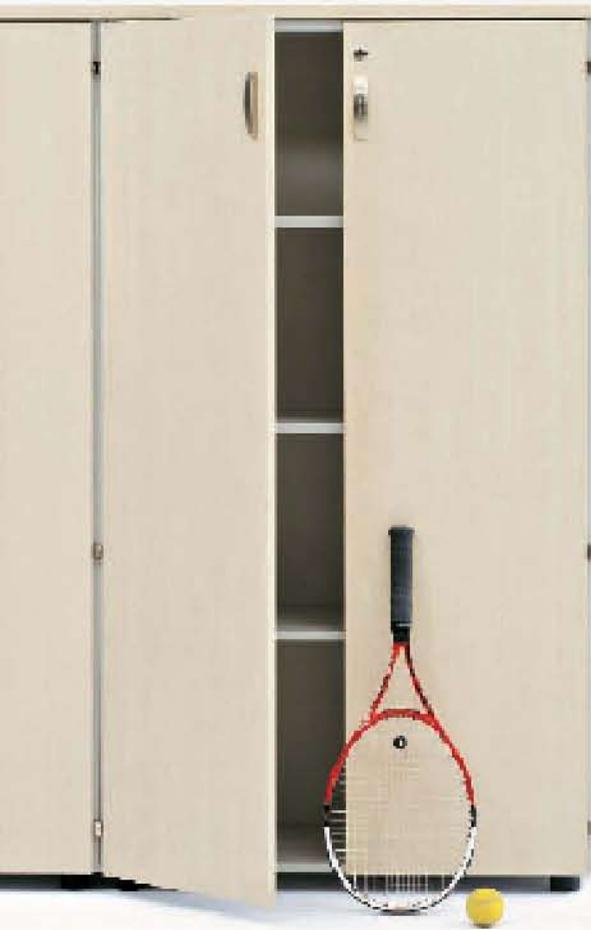
ano passado, puxada pelo segmento de ferronióbio, explorado em Goiás pela Mineração Catalão, do Grupo Anglo American.

O cruzamento entre as duas pesquisas, ainda que não sejam comparáveis por adotarem metodologias e amostragens diferentes, sugere que a metalurgia goiana conseguiu operar um ganho de produtividade no ano passado, além de ter desovado estoques, já que as vendas cresceram em velocidade quase nove vezes e meia maior do que a produção. E esse teria sido um ganho de qualidade, pois o setor ainda aumentou o total de empregados em 5,24%.

Vendas e investimentos – A Codemin, outra controlada da Anglo American, que explora níquel em Niquelândia (GO), conseguiu aumentar suas vendas entre 10% e 15% em 2006, por meio de redução dos estoques, em resposta ao “forte mercado de aço inox no ano passa-

do”, segundo a empresa. A medida visou “atender e responder à demanda de clientes e aproveitar o aquecimento do mercado”. A empresa mantém sua estratégia de destinar 80% de sua produção ao mercado interno, exportando os demais 20%. Para cumprir suas metas, a Codemin contratou mais 15 funcionários em 2006 e pretende abrir 50 novas vagas neste ano.

Mesmo em uma fase de elevação dos preços do aço inox, que utiliza liga de ferronióquel em seu processamento, a Codemin considera a manutenção da política de controle de custos operacionais que impactam diretamente o negócio da empresa como um “ponto decisivo” em sua estratégia de mercado. “Em 2007, acreditamos que a demanda continuará forte, tanto no Brasil quanto no mundo. Trabalhamos no sentido de manter nossa capacidade de fornecimento e de contenção de custos como parte de nossa política de ges-



analisar,
criar,
projetar,
planejar,
ajustar,
gerenciar,
decidir

o móvel certo para cada situação

alberflex



armário fechado
AR 2F 160P

poltrona double
high way 4H PPS-BC

coreto

representante exclusivo

av. República de Ilhéus, 1906
Setor Oeste-Goiânia GO
tel. 62.3225.4511
vendas@coreto.com.br

SBRV/SUL, qd.701
bloco O nº 110 sala 363
70620-900 Brasília DF
tel. 61.3225.1019
61.7811.0768
vendas@alberflex.com.br

www.alberflex.com.br

tão”, afirma a empresa, por meio de sua assessoria de imprensa.

No ano passado, a Codemin investiu US\$ 15 milhões na manutenção e modernização da planta de beneficiamento de minério e em melhorias no sistema de transporte do níquel desde a mina em Barro Alto até a usina, em Niquelândia, num trajeto de 150 quilômetros. Neste ano, os investimentos estão previstos em US\$ 12 milhões, destinados basicamente a melhorias de processos. O setor de pesquisas deverá absorver recursos de US\$ 15 milhões entre 2006 e 2007, com foco em novos depósitos de níquel.

Paralelamente, em 7 de dezembro do ano passado, a Anglo American confirmou a aprovação do investimento de US\$ 1,2 bilhão para a produção de ferroníquel em Barro Alto, que deverá gerar 3 mil empregos durante a etapa de implantação, entre 2007 e 2010, e 750 ocupações na fase de operação.

A nova planta produzirá em média 36 mil toneladas por ano de níquel contido em liga de ferroníquel, com vida útil estimada em 26 anos. As obras de terraplenagem serão iniciadas em março e as obras civis, em julho próximo. Segundo cronograma definido para o projeto, em setembro desembarcam em Barro Alto os equipamentos da usina, quando inicia-se sua montagem. Os primeiros testes pré-operacionais



Ferreira: juros e carga tributária impedem maior crescimento

estão previstos para julho de 2009, com a conclusão da primeira linha de produção projetada para dezembro daquele ano. A segunda linha deverá ser instalada até março de 2010, permitindo o início da produção em escala comercial em dezembro daquele ano. A capacidade plena deverá ser atingida ao longo do ano seguinte.

O projeto contempla a expansão da operação atual da mina e a construção de uma nova planta metalúrgica, o que permitirá ao grupo dobrar sua produção mundial de níquel, chegando a quase 90 mil toneladas por ano em 2011.

Conforme a assessoria do grupo, “o total de recursos minerais do depósito é de 116,2 milhões de toneladas, com teor médio de 1,54% de níquel dos quais, 62,4 milhões têm teor médio de 1,66% de níquel, que serão lavrados dentro dos mé-

todos convencionais para mina a céu aberto”. Uma parcela do minério da mina de Barro Alto já vem sendo processada desde 2003 na unidade de ferroníquel da Anglo American em Niquelândia, numa operação que permitiu ampliar

a vida útil da Codemin, aumentando sua produção de 6 mil para 10 mil toneladas por ano e “permitindo que a empresa se beneficie ainda mais dos fortes preços do níquel”.

Ainda na área, a Votorantim Metais (VM), controlada pelo grupo do mesmo nome, estreia no segmento de ferroníquel em 2009, num investimento de R\$ 558 milhões na instalação de uma usina em Niquelândia com capacidade para 42,4 mil toneladas por ano da liga. De acordo com Josimar Souza Pires, gerente-geral da unidade de Niquelândia da VM, a produção será destinada integralmente ao mercado externo, com destaque para países europeus, Japão e China. “A expectativa é obter um incremento (de receita) de R\$ 300 milhões por ano com o novo empreendimento”, adianta Pires.

O investimento deverá criar 420 empregos diretos e outros 2 mil indiretos ao longo da cadeia produtiva do setor, “além de 1,5 mil postos de trabalho durante a construção da planta”, afirma Pires. Hoje, a operação já existente em Niquelândia, destinada à extração de níquel, emprega perto de mil pessoas, número observado em 2005 e mantido no ano passado.

A VM produz 27 mil toneladas por ano de níquel eletrolítico nas unidades de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, destinando 60% da produção ao mercado externo. “O mercado de níquel vive um período de alta na de-

Desempenho da indústria em 2006

(Indicadores industriais, variação em relação a 2005 em %)

Setores	Vendas	Salário	Emprego	Horas	UCI*
Extrativa mineral	-3,10	+4,70	-0,85	-3,06	+11,07
Transformação	12,99	25,66	9,03	3,63	2,55
Minerais não metálicos	10,92	8,65	-0,03	3,92	4,59
Metalúrgica	68,36	14,36	5,24	-0,54	2,39
Alcooleiro	16,64	31,0	19,36	8,48	-9,98
Produtos alimentícios	2,15	26,44	7,54	1,99	2,76
Outros	12,97	26,54	11,35	4,77	2,98
Geral	10,93	23,77	8,59	3,30	3,16

* Utilização da Capacidade Instalada, em pontos de porcentagem

Fonte: Fieg/IEL

manda mundial e, conseqüentemente, de elevação de preços, diante da forte demanda de países em desenvolvimento como a China”, analisa Pires. O preço médio do metal subiu 64,5% na comparação entre a cotação média registrada na Bolsa de Metais de Londres (London Metal Exchange ou LME, na sigla em inglês) em 2005 e 2006, saindo de US\$ 14.744 para US\$ 24.254 a tonelada métrica.

Ainda de acordo com Pires, nos quatro anos de 2005 a 2009, a Votorantim Metais realizará, em Goiás, investimentos de R\$ 934 milhões, com quase 60% desse valor destinados à usina de ferroníquel, que começa a ser montada neste ano para entrar em operação em 2009. A ampliação da unidade de níquel eletrolítico de Niquelândia recebeu injeção de R\$ 94 milhões, passando a produzir 23 mil toneladas por ano do metal. “Cerca de R\$ 180 milhões serão ainda aplicados na flexibilização da matriz

energética da unidade, com instalação de uma caldeira de coque verde de petróleo, outros R\$ 22 milhões serão destinados à área ambiental e R\$ 80 milhões em pesquisas mineiras”, detalha Pires.

Prós e contras – Numa avaliação das perspectivas para este ano, o presidente da Fieg aponta a inflação baixa, o processo gradual de redução dos juros, embora ainda mantidos em níveis excessivamente elevados, e a recuperação da renda e do emprego como fatores que deverão influenciar positivamente o comportamento da atividade industrial. “Continuam pesando de forma negativa a elevadíssima carga tributária, hoje próxima de 40% do PIB (Produto Interno Bruto), a situação de calamidade da infraestrutura de distribuição e transporte, e a valorização do câmbio”, pondera Paulo Afonso Ferreira.

Na sua opinião, a questão cambial atinge de forma efetiva a produção industrial no País, penalizando

setores inteiros ao determinar maior poder de competição a produtos importados. “Essa política (de valorização do real frente ao dólar, explicada em parte pelos juros altos) torna o País competitivo apenas em commodities, além de municiar nossos concorrentes lá fora em segmentos de maior valor agregado”, aponta Ferreira. “Não é a situação ideal para o País, que insiste em uma política burra”, arremata.

A influência do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo no começo do ano com a promessa de investimentos na casa de meio trilhão de reais, não deverá ser tão decisiva quanto Brasília imagina, mas sua importância não pode ser desprezada, na visão de Ferreira. O presidente da Fieg vê o plano como um ponto de partida, um pontapé inicial para a retomada do processo de investimento do setor público, sobretudo no setor de infraestrutura. Mas claramente insuficiente para garantir as taxas de crescimento projetadas pelo governo, que aposta num incremento anual na casa dos 5% a partir de 2008.

O grande desafio colocado ao País, hoje, de acordo com Ferreira, está relacionado com a qualificação da mão-de-obra, “especialmente em Goiás”. Ele defende o aumento no volume de recursos destinados à formação e ao aprimoramento dos trabalhadores, qualificando-os para ocupar as vagas que as empresas já vêm ofertando. No plano local, a indústria participa do grupo de trabalho criado pelo governo estadual para a revisão da política industrial.

“A nova política para o setor deverá priorizar a concessão de incentivos fiscais para setores nos quais temos maior vocação de competitividade, com a formação de polos industriais regionais no Estado”, sustenta Ferreira. ■

Recuperação, com produtividade mais baixa

Os dados do IBGE sobre a produção física da indústria goiana, que inclui os setores de extração mineral, produtos químicos, metalurgia básica, alimentos e bebidas e minerais não metálicos, confirmam a reação no final do ano. Mas mostram, também, que a recuperação não foi suficiente para impedir a desaceleração na taxa de crescimento da produção, que havia sido de 3,2% em 2005 e passou a 2,4% no ano passado (inferior à média nacional, que indica taxa de 2,8%). Com exceção da indústria extrativa, que sofreu baixa de 5,2%, todos os demais segmentos apresentaram crescimento. Pela ordem, a produção da indústria química, influenciada pelo setor de medicamentos, aumentou 14,8%, seguida pela metalurgia básica (mais 7,2%, graças ao segmento de ferronióbio), minerais não metálicos (mais 2,6%) e alimentos e bebidas (apenas 0,79% acima dos resultados de 2005). Em consequência, a indústria de transformação acumulou um incremento de 3,1%.

O desempenho no segundo semestre foi mais de duas vezes melhor do que na primeira metade do ano, quando a produção industrial havia crescido somente 1,5%. Nos últimos seis meses do ano passado, a produção avançou a uma taxa de 3,2%, refletindo o crescimento de 2,1% e de 4,4%, respectivamente, no terceiro e quatro trimestres de 2006, sempre em relação a idêntico período de 2005. O incremento de 2,4% observado para a produção industrial como um todo foi claramente inferior tanto ao crescimento das vendas (mais 10,93%) quanto das horas trabalhadas na produção (mais 3,3%), o que sugere alguma perda de produtividade. Esta, de qualquer forma, ainda é uma hipótese a ser testada pelos fatos, visto que as pesquisas do IBGE e da Fieg trabalham com critérios distintos e com amostras diversas do setor industrial.



Mata ciliar: práticas inadequadas reduzem cobertura vegetal e ameaçam sobrevivência da agropecuária

Corrida contra o relógio

Custo não, investimento. Projetos ambientais ampliam a eficiência das empresas nos usos da energia e ainda trazem lucros

Qual a diferença entre o presidente da mais poderosa nação do mundo, George W. Bush, que se recusa a assumir compromissos de redução de emissões dos gases formadores do efeito estufa, e empresas que insistem em lançar a aplicação de recursos em projetos de mitigação e prevenção de danos ambientais na coluna de custos? Quase nenhuma. Nesses casos, os dois lados partem de um mesmo ponto de vista, capenga em sua fundamentação essencial: a de que a redução das emissões de poluentes é sinônimo de menores taxas de crescimento e mesmo de retração econômica, com desemprego e prejuízos para o setor empresarial.

Afinal, gastos ambientais não deveriam ser alocados como mais uma central de custos dentro das indústrias, mas como um investimento que abre novas possibilidades de crescimento e lucro para as empresas. Obviamente, há custos envolvidos no processo de reconversão dos sistemas

de produção em direção a modos mais eficientes de fazer bens e mercadorias e construir fábricas, com foco no menor consumo possível de energia por produto gerado. Mas as perspectivas de novos negócios e ganhos compensam o investimento.

O primeiro passo, como defende o pesquisador Carlos Afonso Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e um dos autores do segundo grupo de trabalho do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), será estabelecer estratégias e medidas concretas para tornar a empresa mais eficiente em termos energéticos, o que significa produzir mais com menor emissão de gases do efeito estufa. “Não surpreendentemente, quando o empresário faz isso, ganha dinheiro, porque moderniza a empresa. A maior eficiência no uso de energia na indústria é um ganho para todos, porque reduz emissões e é uma racionalização econômica para o empresário”, sustenta Nobre, em entrevista ao jornal *Valor Econômico*.

Não se trata, como pode parecer, de uma opinião isolada. Um dos pioneiros nessa área em Goiás, o Grupo Jalles Machado investe em programas ambientais desde 1989 e contabiliza resultados. “Além de inúmeras outras vantagens, como a melhoria contínua das condições ambientais, de segurança e saúde ocupacional de nossos colaboradores e da sociedade em geral, está a satisfação empresarial em obter receitas de um setor antes visto somente como gerador de despesas. Talvez esteja aí a grande jogada de demonstrar que o meio ambiente gera lucro quando bem conduzido”, comenta o engenheiro químico Ivan César Zanatta, gestor de Qualidade e Meio Ambiente da Jalles Machado.

O grupo coleciona prêmios e diplomas de certificação na área ambiental, com destaque para os certificados conquistados com base na norma ISO 14001:2004, por conta do sistema de gestão ambiental adotado pela usina; certificação de

produção orgânica, concedida pelo Instituto Biodinâmico (IBD) para a produção de açúcar orgânico; e de Cogeração de Energia – Crédito de Carbono. De acordo com Zanatta, o grupo preocupou-se em reconstituir e preservar matas ciliares, reservas legais e áreas de preservação permanente nas regiões onde atua, mantendo um viveiro com mais de 250 mil mudas de plantas nativas para reposição florestal. Além disso, deixou de queimar lenha proveniente de florestas naturais para utilizar madeira produzida a partir de plantios de eucalipto.

Todas essas iniciativas, que se somam aos investimentos realizados na instalação de uma estação de tratamento de efluentes e de um aterro controlado para receber o lixo gerado na operação, constituem-se em formas de evitar emissões e criar sumidouros de carbono.



Cerrado: todos os setores devem preservar a biodiversidade da região, hoje sob ameaça

Créditos de carbono – A Jalles Machado foi a primeira empresa do Estado a entrar no cobiçado mercado mundial de créditos de carbono, a partir do investimento realizado na cogeração de energia com uso de bagaço da cana.

O sistema da Jalles tem capacidade para gerar 40 MWh e permitiu uma redução de emissões de dióxido de carbono (CO₂) equivalente a

47.382 toneladas, integralmente negociadas com o governo holandês e transformadas em receita para a empresa goiana. Numa parceria com a Econergy do Brasil, o projeto que permite à Jalles comercializar créditos de carbono hoje foi iniciado em setembro de 2002, por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), sistema estabelecido pela Organização



Viva
os prazeres da vida
com **saúde**



Adquira aqui o seu plano Unimed.

Vendas: (62) 3216-8383

das Nações Unidas (ONU) para permitir que países ricos possam investir em projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa em países em desenvolvimento.

Entre 2001 e 2012, o processo de cogeração de energia permitirá que a Jalles reduza suas emissões de gás carbônico no correspondente a 135 mil toneladas. A validação do processo só foi concluída em janeiro de 2004, pela norueguesa Det Norske Veritas Certification Ltd (DNV), com sede em Oslo e escritórios em quase uma centena de países, Brasil entre eles, comissionada pela Jalles e Ecoenergy e credenciada pela ONU para certificação de projetos de MDL. A demora, explica Zanatta, deveu-se à necessidade de desenvolver e validar metodologias específicas para o setor, com a colaboração da Jalles Machado. “Projetos na mesma linha, iniciados hoje, não levarão todo esse prazo”, acrescenta o engenheiro.

Zanatta considera que a gestão ambiental ainda provoca dúvidas e indagações entre empresários, especialmente em relação aos custos do processo e sobre “a oportunidade de investir recursos quase sempre escassos na proteção do meio ambiente”. A questão é que há uma “tradição de se contabilizar na rubrica meio ambiente todos os custos decorrentes do tratamento de efluentes, transporte de resíduos e sua destinação final, pagamento de multas e outras despesas”. A receita extra gerada por programas ambientais e os ganhos alcançados com redução das contas de energia e água, menor gasto com matérias-primas e outros “são, tradicionalmente, lançados a crédito de outros setores da empresa, produção e compras em especial”.

Na Jalles Machado, prossegue Zanatta, o investimento em meio ambiente passa a ser percebido como “novo fator a fortalecer a competitividade empresarial”. Numa economia globalizada, lembra o engenheiro, as

empresas não têm mais o poder de fixar o preço de venda de sua produção e devem estipular sua margem de lucro descontando seus custos do preço estabelecido pelo mercado. “O tema meio ambiente pode contribuir positivamente para melhorar o preço de venda, com a empresa aproveitando a imagem de ambientalmente correta para valorizar seus produtos e reduzir custos de produção pela gestão correta de insumos e matérias-primas com projetos de conservação de energia, reuso de água, redução da geração de resíduos e de acidentes”.

Sama e Caramuru – Maior mineradora de amianto crisotila no País,

a Sama investe, todos os meses, entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil em ações de cunho ambiental. De acordo com Normando Claudino Queiroga, gerente de mineração e beneficiamento e representante legal para questões ambientais, a preocupação com o meio ambiente tem caráter transversal e espaço em todos os departamentos.

Detentora da certificação ISO 14000, a empresa tem empreendido uma série de ações que resultam em avanços funcionais e ambientais. Em outubro, conta Queiroga, foi implantada a primeira fase de um sistema de gerenciamento de energia desenvolvido pela própria equipe da empresa.



Foto: Marcus Vinicius

Jalles Machado: projeto evita emissão de 47,4 mil toneladas de CO₂

“Não tivemos custo algum para a implantação. Um programa como esses custa em média R\$ 120 mil. Não precisamos sequer gastar com a adaptação de hardware”, comemora.

Somente com a implantação da primeira etapa, foi possível economizar mil megawatts por mês, com a redução do consumo no horário de pico. A segunda etapa foi consolidada em fevereiro e a expectativa é de mais economia. “Estamos formando um banco de dados que no futuro proporcionará gestão muito mais eficiente do consumo de energia”, aposta Queiroga.

A empresa também está fazendo testes para substituir o uso de óleo 2-A por sebo animal nos fornos de secagem. Os primeiros testes já foram realizados e os resultados mostraram-se animadores. “Vamos eliminar a queima de óleo nessa etapa do processo de produção”.

A Sama tem feito também um trabalho de coleta de precipitações e de tratamento de efluentes para reaproveitamento de água. “Temos tratado nossos efluentes desde a década de 70”, acrescenta Queiroga. A água captada das chuvas é guardada em poços para reutilização nos meses de seca, especialmente na umidificação do produto extraído da mina.

Outro ponto que merece destaque, segundo o gerente, é o programa de redução de emissão de partículas. “Temos feito medições constantes do ar tanto nos nossos postos de trabalho quanto em toda a região. Hoje, a qualidade do ar da cidade de Minaçu é igual ou melhor que à de outras cidades do seu porte, mesmo daquelas onde não há atividade econômica de alto impacto”, afirma Queiroga.

Desde o início da década, a Sama tem investido em sistemas de filtragem que reduzam a emissão de partículas. No ano passado, a empresa comemorou o índice de 0,1 fibra por centímetro cúbico, diante do limite legal de duas

Foto: ETE - Sama



Sama: tratamento de efluentes, preocupação desde os anos 70

fibras por centímetro cúbico. A Sama também deixou de usar caldeiras no seu processo de produção. Queiroga detalha que a mineradora utiliza o calor produzido pelos fornos para criar um sistema de geração de água quente, substituindo as caldeiras.

Em 2006, a Caramuru Alimentos concluiu sua Estação de Tratamento de Efluentes (ETE), que exigiu investimentos de R\$ 2,43 milhões. O retorno do investimento pode ser sentido na redução da extração de água do subsolo, uma vez que o líquido tratado é reaproveitado. Em 2005, o consumo médio foi de 65.977 litros por hora, com queda para 42.190 em 2006, o que representa redução de 36,06%.

No ano passado, foram gastos R\$ 482,5 mil com manutenção da Estação de Tratamento de Efluentes e recuperados 224.558 metros cúbicos de água – a um custo de R\$ 2,15 por litro. A ETE tem capacidade para processar 25 mil litros de água industrial reutilizável por hora.

O processo é dividido em duas etapas: na primeira, é feito o tratamento primário físico-químico para os efluentes industriais, que passam em seguida por uma etapa biológica com uso de lodo ativado e aeração prolongada. A água tratada é reutilizada para irrigação de jardins, limpeza dos pisos e alimentação das torres de resfriamento.

De acordo com Margareti Scarpelini, diretora de Recursos Humanos da Caramuru Alimentos, o principal ganho da empresa é o retorno ambiental. “A Caramuru retira toda a sua matéria-prima da natureza e faz questão de devolver alguma coisa”, declara.

As ações de caráter ambiental não se limitam ao tratamento de efluentes e reaproveitamento de água. Margareti conta que somente em 2006, foram investidos R\$ 2,51 milhões em ações voltadas para a proteção ambiental, incluindo a ETE. Outros R\$ 10 mil foram aplicados em treinamento de colaboradores.

Mas a Caramuru também está em período de transição de sua matriz energética. Na unidade de São Simão, 10% a 15% da necessidade de combustível em suas caldeiras já são supridos com uso de pneus picados. Os primeiros testes foram realizados em 2005 e os resultados são animadores. A unidade de Itumbiara realiza testes para a utilização de bagaço de cana em suas caldeiras, em substituição à lenha de eucalipto ou pinus, originária de reflorestamento. Em 2002, a empresa já havia substituído o uso de óleo BPF por madeira. A expectativa, afirma Margareti, é de que sejam gastos até R\$ 7 milhões para a conclusão do projeto.

Em Pirenópolis, quartzito no lugar da areia

A atividade que gera mais empregos e garante sustentabilidade econômica à cidade goiana de Pirenópolis é, historicamente, a extração do quartzito. Segundo dados de 2004, apurados pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (Seplan), o Produto Interno Bruto (PIB) do município chegava a R\$ 93,880 milhões e cerca de 70% de sua economia giravam em torno do negócio, significando uma movimentação em torno de R\$ 70 milhões por ano.

O fortalecimento do setor passa pela implantação do programa de desenvolvimento econômico do Arranjo Produtivo Local (APL), executado pelo Senai, que pretende inserir, definitivamente, o quartzito nos mercados nacional e internacional. A iniciativa envolve cerca de 15 pedreiras pirenopolinas e possibilita o aparecimento de 1,2 mil empregos diretos.

O presidente da Associação dos Mineradores de Pirenópolis (Amip), Johannes Hommel Batista Jaime, entende que o desenvolvi-



Johannes Hommel: destino racional aos resíduos de quartzito

mento da cadeia produtiva é, primeiramente, resultado das ações de qualificação e aperfeiçoamento dos recursos humanos. O APL contribui também para a organização administrativa dos empreendimentos. Em dezembro passado, esse foi o único projeto de Goiás aprovado no edital 007/2006. Agora, em 2007, espera-se o repasse de recursos da ordem de R\$ 840 mil para transformar os rejeitos de quartzito em areia para a construção civil. “Hoje, o nosso maior problema é o lixo. Não visamos o ganho finan-

ceiro simplesmente. Queremos, sobretudo, dar um fim racional a essas sobras. Além de preservarmos o meio ambiente, atingimos o mercado de Brasília, que é grande consumidor de areia e está a 150 quilômetros daqui”, diz Hommel.

Estudos recentes comprovam a viabilidade do negócio. A areia proveniente do rejeito é substituída para a que é retirada das margens dos rios. “Assim, ajudamos a evitar o assoreamento dos cursos d’água em torno de Brasília”, completa. Prevê-se a fabricação de 90 mil metros cúbicos ao ano de pó de quartzito, com faturamento estimado em R\$ 1,08 milhão. O plano conta com a atuação da Superintendência de Geologia e Mineração da Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC) e tem como co-executores o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Instituto Euvaldo Lodi (IEL), além da prefeitura local e do Centro Federal de Educação Tecnológica no Estado (Cefet).

Tecnologias menos poluentes

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) tem alertado suas filiadas para a necessidade de adoção de novas tecnologias menos poluentes ou pelo menos de práticas de produção mais limpa. Presidente do Conselho Temático de Meio Ambiente, Henrique Morg de Andrade explica que a federação tem promovido, por meio de parcerias, cursos de capacitação e seminários visando uma maior conscientização da classe

empresarial. A Fieg também pode ser considerada pioneira no debate da importância de temas de relevância ambiental, desde o final da década de 90, quando foi criado o conselho.

Um dos principais focos de ação é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Ele explica que as ferramentas de gestão previstas no MDL é o Processo de Produção Mais Limpa, que permite a pequenas empresas reduzir a geração de resíduos,

o consumo de energia e matéria-prima, além de produzir de forma eficiente e menos poluente, sem grandes investimentos em tecnologia.

“As grandes empresas goianas não têm enfrentado maiores dificuldades para se adaptar, investindo na adoção de novas tecnologias. Elas são geralmente as maiores emissoras de carbono. Já as de pequeno porte têm mais dificuldade para se adaptar”, comenta. Para ele, esse é jus-

tamente um dos principais desafios da Fieg: permitir que mais indústrias de pequeno porte adotem práticas de produção sustentáveis.

Elaine Farinelli, assessora técnica do conselho, destaca que a redução de emissões não é missão somente da indústria. O desmatamento e mesmo as emissões provocadas pelos veículos automotores também têm contribuído para o aquecimento do planeta, e a reversão desse quadro demanda o engajamento de toda a sociedade. “A indústria reconhece sua responsabilidade e quer fazer sua parte”, acrescenta Elaine.

Ela conta que a maioria das grandes indústrias do Estado respondeu ao chamado da Fieg e tem promovido mudanças em sua matriz energética e adotado tecnologias que reduzem as emissões, como a instalação dos chamados filtros de manga em suas chaminés. Elaine

cita como exemplo a Jalles Machado, com sede em Goianésia, que deixou de usar lenha para aquecer suas caldeiras, está utilizando bagaço de cana como combustível. Essa medida dá uma destinação para os resíduos da usina de açúcar e álcool e ainda reduz as emissões.

Elaine conta que empresas menores não podem fazer grandes investimentos em novas tecnologias, mas

precisam investir em formas mais eficientes e menos poluentes de produção. “Essas empresas podem reaproveitar água, sanar vazamentos, reduzir o consumo de papel, o que significa menos desmatamento”, acrescenta. “Temos organizado cursos de produção mais limpa, de gestão ambiental, de MDL e também procurando mostrar às empresas como vender créditos de carbono”, completa.

Negócios de meio bilhão de dólares

A elevação da temperatura global não exigirá apenas sacrifícios, mas deverá abrir oportunidades de negócios – e de lucros, portanto – em frentes diversas, envolvendo investimentos em projetos e atividades que reduzam emissões e seqüestrem carbono da atmosfera. O Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República traçou um primeiro mapeamento dessas oportunidades, considerando iniciativas já em andamento, projetos tecnicamente viáveis a curto e médio prazos e o potencial teórico relacionado a investimentos em florestamento e reflorestamento no País. Numa estimativa conservadora, que leva em conta preços entre US\$ 1 a US\$ 5 por tonelada de carbono, o NAE calcula que será possível atrair receitas anuais entre US\$ 241,7 milhões e US\$ 531,2 milhões. Isso corresponderia a alguma coisa entre R\$ 502,7 milhões e R\$ 1,105 bilhão por ano.

Mudar a consciência ecológica requer muita energia.

A nossa sempre se renova!

Investir em um processo produtivo sustentável, que reduz os efeitos da poluição sobre o meio ambiente, é renovar a consciência ecológica e oferecer energia para um mundo melhor para nós e futuras gerações. É isto que a Jalles Machado faz!



Produzindo desenvolvimento com sustentabilidade



Açúcar, Alcool e Energia para o BRASIL e para o MUNDO!



Impactos e como enfrentá-los

Em fevereiro, o International Panel of Climatic Change (IPCC) impressionou a população mundial com uma previsão desanimadora para o futuro do planeta. Ele prevê o aumento da temperatura média global entre 1,5 graus e 4,5 graus nos próximos cem anos, com maior probabilidade de elevação de 3 graus, impondo problemas econômicos não vistos desde a grande depressão e as guerras mundiais.

Na avaliação do jornalista Washington Novaes, especialista em temas ambientais, alguns documentos recentes mudaram a visão dos chamados “fatores ambientais” e sua influência sobre as atividades econômicas. As previsões do quarto relatório do IPCC, cita ele, indicam com mais de 90% de probabilidade que a temperatura média do planeta nas próximas décadas continuará subindo, com intensificação de secas, furacões, inundações e elevação do nível dos oceanos. “A causa central é a emissão de poluentes que intensificam o efeito estufa, por causa, principalmente, da queima de combustíveis fósseis. Outra causa é a geração de metano, proveniente da pecuária bovina e dos depósitos de lixo”.

O relatório coordenado por Nicholas Stern, ex-economista-chefe do Banco Mundial, afirma Novaes, mostra que “temos no máximo uma década para enfrentar mudanças climáticas, aplicando 1% do produto bruto mundial (cerca de US\$ 400 bilhões). Se não o fizermos, correremos o risco de uma megarecessão econômica que poderá levar à perda de 20% do produto bruto mundial”.

No relatório La Sombra Alongada de la Ganaderia a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), órgão da ONU, aponta como insustentável



Cajueiro do Cerrado: esforço conjunto para preservar biodiversidade da região

o impacto da produção de carnes sobre o meio ambiente e recomenda a redução desse impacto à metade (quando está prevista uma expansão de 100% até 2020). Paradoxalmente, o relatório, divulgado em novembro passado, mostra a agropecuária como um setor que oferece possibilidades amplas de combate às emissões de agentes poluentes e de gases que contribuem para o aquecimento global.

“Enquanto países em desenvolvimento respondem por apenas 36% das emissões de CO₂ (dióxido de carbono ou gás carbônico), eles produzem mais da metade (das emissões) de N₂O (óxido nitroso) e aproximadamente dois terços do CH₄ (metano). Dessa forma, é surpreendente perceber que em um grande país como o Brasil

os maiores esforços de mitigação (das emissões) estejam focados no setor energético”, aponta o trabalho. Os três gases têm importância fundamental na formação do efeito estufa e sua concentração na atmosfera tem avançado a taxas crescentes.

“O setor agropecuário terá que retomar princípios agrônômicos que foram abandonados ao longo dos anos e que definem alternativas para uma produção ambientalmente sustentável”, avalia Renato Roscoe, pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste, unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Dourados, Mato Grosso do Sul. A pecuária, por exemplo, terá que retornar às suas origens, sustenta Odo Primavesi, da Embrapa Pecuária Sudeste,

instalada em São Carlos (SP). “O manejo nômade era fundamentalmente correto. Os rebanhos, nesse caso, não permaneciam no mesmo pasto por mais de três dias, o que evitava o superpastejo e permitia a recuperação mais rápida das áreas de pastagem”, avalia o pesquisador, que foi um dos 17 cientistas brasileiros que participaram dos estudos ou da revisão científica do mais recente relatório do IPCC.

Em outro estudo, coordenado pelo professor José Vicente Marenco, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostra que a temperatura média no Centro-Oeste subirá de 3 a 4 graus nas próximas décadas, e 6 a 8 graus na Amazônia – ambas as situações com fortes reflexos no clima e nas atividades econômicas de todo o País.

“Diante desses diagnósticos e prognósticos, o empresariado goiano já está promovendo algumas mudanças e precisará de muitas outras. Na agricultura, por exemplo, terá de encontrar variedades muito mais resistentes ao calor. Na pecuária, será preciso encontrar (a Embrapa está pesquisando) variedades de capim que gerem menos metano na ruminação do gado. A agropecuária terá também de cuidar muito da manutenção da vegetação do Cerrado, quando nada porque ela responde por grande

parte da retenção do fluxo hídrico e pelo nível de umidade no ar, além de contribuir para a redução ou aumento da temperatura localizada. Terá também de reduzir o desperdício de água na irrigação (a agropecuária responde por mais de 80% do consumo de água no País)”, avalia Novaes.

Todas as áreas, prossegue o jornalista, “terão de cuidar muito da conservação da biodiversidade, porque ela é a chave do futuro. Dela virão novos medicamentos, novos alimentos, novos materiais para substituir os que se esgotam ou se inviabilizam (como os derivados do petróleo)”. O Cerrado tem cerca de um terço da biodiversidade brasileira.

Fator de risco – José de Paula Moraes Filho, titular da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás (Semarh), lembra que o primeiro “alarme” tocou em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, na Suécia. O especialista em meio ambiente e em crédito de carbono, Antônio Carlos Porto Araújo, já elaborou o seu conceito. Para ele, as alterações previstas são tidas como fator principal de risco para os sistemas produtivos do mundo, sob o ponto de vista macroeconômico.

Elas devem acarretar, até 2012, movimentações financeiras diretas e anuais em torno de US\$ 200 bilhões. Desse total, o percentual maior fica por conta dos prejuízos com indenizações em seguros e adequações às políticas nacionais de cada país no controle de emissões de gases do efeito estufa. “Precisamos pôr o pé no chão e demonstrar interesse em trabalhar os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL). Algumas empresas já

consumaram a idéia e aproveitam a ‘onda verde’ para gerar receita”, destaca o secretário.

A necessidade de se criar mecanismos que estimulem o cumprimento efetivo das metas do Protocolo de Kyoto é encarada como urgência. A idéia é estabelecer as regras de funcionamento definitivas do MDL, pelo qual os países ricos podem comprar créditos de carbono gerados a partir de projetos sustentavelmente desenvolvidos nos países pobres que ainda têm florestas a preservar. A Organização das Nações Unidas (ONU) divulga a existência de cerca de 370 projetos de MDL registrados, com potencial de redução de emissões superior a 600 milhões de toneladas. A instituição conhece outros 900 projetos em processo de registro.

Para Osmar Pires Martins Júnior, ex-presidente da Agência Ambiental goiana que se dedica, atualmente, à carreira docente na Universidade Católica de Goiás (UCG) e na Universidade Paulista no Estado (Unip), o sistema industrial brasileiro apresenta duas posturas diante da advertência recente. Uma mantém o *status quo*, acreditando que qualquer mudança na área de implantação de novas tecnologias aparece como sinônimo de elevação de custos. “Essa é a lógica de quem está no mercado tentando sobreviver às dificuldades”, justifica. Afinal, queda na produção é dívida na certa e dor de cabeça para o empresário.

O professor julga que a tendência é aumentar o controle sobre o uso dos recursos naturais, com ampliação das restrições legais, “que podem aparecer com tal importância que inviabilize a atividade industrial. Controle, na ótica da gestão ambiental, é transformar oportunidade em negócio”, insiste Pires. “Não basta proibir, é preciso apontar soluções. Comando e controle baseado na lei, simplesmente, não funcionam muito bem”. ■



Moraes Filho: primeiro alarme soou ainda em 1972

HYUNDAI EM ANÁPOLIS

Em janeiro, o presidente do Grupo Caa, Carlos Alberto Oliveira Andrade, e o embaixador da Coreia do Sul, Choe Jong-Hwa, visitaram as futuras instalações da Hyundai/Caa em Anápolis. Acompanhados pelo governador Alcides Rodrigues e representantes do município, eles puderam conferir o projeto da maior indústria automobilística do Estado, que deve gerar 40 mil empregos, entre diretos e indiretos.



O governador Alcides Rodrigues e o embaixador da Coreia do Sul, Choe Jong-Hwa, conversam com o presidente do Grupo Caa, Carlos Alberto Oliveira Andrade, durante visita às instalações da Hyundai/Caa

PRÊMIO FIEG

Durante almoço de confraternização com a imprensa, realizado na Casa da Indústria, foram divulgados os vencedores do Prêmio Sistema Fieg de Comunicação. Em cada categoria (Radiojornalismo, Telejornalismo e Jornalismo), os primeiros, segundos e terceiros lugares, respectivamente, levaram R\$ 2,5 mil, R\$ 1,5 mil e R\$ 1 mil, além de certificado de participação.

Confira os ganhadores por categoria:

Categoria Radiojornalismo: 1º lugar, Sílvio José da Silva Júnior (Rádio Brasil Central); 2º lugar, Fábio Maurício de Assis Oliveira (Rádio Brasil Central), e 3º lugar, Ione Chagas Rufino (Rádio Brasil Central).

Categoria Telejornalismo: 1º lugar, Nilce Moretto (TV Brasil Central); 2º lugar, Fábio Castro da Silva (TV Anhanguera), e 3º lugar, Marina Jorge Dário (TV Anhanguera).

Categoria Jornalismo (*foto*): 1º lugar, Wanderley Carlos de Faria (O Popular); 2º lugar, Cleybets Lopes da Silva (Diário da Manhã), e 3º lugar, Welliton Carlos da Silva (Diário da Manhã).



Visita oficial do embaixador panamenho Juan Bosco Bernal: participam, entre outros, o presidente em exercício da Fieg, Pedro Alves, vice-governador, Ademir Menezes, governador Alcides Rodrigues, secretário de Comércio Exterior, Ovídio de Ângelis, e secretário da Agricultura, Odilon Claro de Lima

VISITA INTERNACIONAL

O secretário de Comércio Exterior de Goiás, Ovídio de Ângelis, recebeu o ministro de Relações Exteriores do Panamá, Ricardo Duran, e o embaixador do Panamá no Brasil, Juan Bosco Bernal, em visita oficial ao Estado. O encontro contou com a participação de representantes do Fórum Empresarial Goiano, dentre eles o então presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Pedro Alves. Durante o evento, o secretário apresentou as potencialidades do comércio exterior de Goiás e de sua integração diante do mercado global. Após a visita, o governador Alcides Rodrigues demonstrou interesse em enviar uma missão oficial ao Panamá diante das possibilidades de negócio apresentadas pelos representantes do país. Foram identificadas oportunidades para dois setores industriais goianos: a construção civil, devido à ampliação do Canal do Panamá, e o setor alcooleiro. O canal interliga os oceanos Atlântico e Pacífico e se constitui numa importante via de importação e exportação para diversos mercados no Ocidente e Extremo Oriente.

LATINO GÁS 2007

A Fieg, por meio do Senai, a Agência Goiana de Gás Canalizado S/A (Goiasgás) e a TR Energia e Business lançaram, em 12 de março, a Latinogás 2007, fórum internacional programado para o período de 8 a 11 de agosto. Na oportunidade, foi apresentado painel sobre as aplicações do gás natural nas atividades de indústria, comércio e serviço com a participação do embaixador do Panamá, Juan Bosco Bernal, do representante da Petróleos de Venezuela S/A, Luiz Hernandez, e do Adido Cultural da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, Wilfredo Machado.

UM GRANDE NEGÓCIO

Sonegar impostos, no País e, particularmente, em Goiás, passou a ser negócio lucrativo. Nos últimos oito anos, mais precisamente, entre dezembro de 1998 e agosto do ano passado, foram propostas e aprovadas nada menos do que 14 leis autorizando parcelamento, redução ou cancelamento de juros, multas e da correção monetária de impostos em atraso, e até mesmo o perdão parcial do imposto devido e não pago.

O ano passado foi um período pródigo em perdões e parcelamentos. Foram sete anistias, algumas privilegiando segmentos escolhidos da economia. Houve casos em que empresas beneficiadas tiveram um único dia para obter as vantagens facultadas em lei. Cinco delas aprovadas a partir de abril e duas em janeiro.

CONCORRÊNCIA DISTORCIDA

Empresas que sempre honram seus compromissos fiscais em dia estão entre as mais penalizadas, não apenas em licitações públicas, mas no dia-a-dia de seus negócios, já que seu concorrente poderá praticar preços mais baixos, com margens mais largas, ganhando mercado à custa da sonegação ou do não pagamento de impostos. A alternativa pode estar na autorização de formas facilitadas de pagamento de impostos para empresas comprovadamente em dificuldades financeiras, seja por acidentes de percurso ou por oscilações de mercado.

Casos de má gestão, administração temerária ou fraude pura e simples não deveriam ser premiados com parcelamento e perdão de impostos. Para evitar esse risco, bastaria obrigar que as empresas que pretendam facilidades no pagamento de impostos sejam submetidas a auditorias contábeis e financeiras, realizadas por equipes do fisco ou mesmo por auditores independentes. O cuidado preservaria os cofres públicos do ataque de sonegadores contumazes.

CONCENTRAÇÃO DA RENDA

Anistias generalizadas terminam penalizando o contribuinte de baixa renda, como sugerem dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Estudo realizado pelos pesquisadores Rodolfo Hoffmann, Fernando Gaiger Silveira e José Adrian Pintos Payeras mostra que a carga tributária dos mais pobres consome 29,2% da renda familiar, diante de uma participação de apenas 17,86% para o estrato de renda mais elevada. Quase 89% dos impostos pagos pelas famílias de baixa renda correspondem a tributos indiretos, como o ICMS, que vem embutido nos preços de bens, serviços e mercadorias e é pago obrigatoriamente pelo contribuinte. Na faixa mais elevada de renda, os impostos indiretos representam 34% do total. Quando há sonegação, portanto, o contribuinte pessoa física, com destaque para os de baixa renda, é penalizado duplamente: paga um preço alto pela mercadoria que comprou, devido aos impostos incluídos nesse valor; e ainda deixará de receber do Estado serviços de qualidade, como deveria.

BALANÇO PARCIAL

Entre 1999 e 17 de outubro do ano passado, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz-GO), foram apresentados para negociação, considerando-se uma série de nove parcelamentos concedidos no período, débitos acumulados de R\$ 14,042 bilhões. O valor representa quase duas vezes toda a arrecadação bruta realizada pelo Estado em 2006, num total de R\$ 7,185 bilhões, e praticamente três vezes toda a receita do ICMS (R\$ 4,764 bilhões) antes da distribuição da cota dos municípios. Daquele total, apenas R\$ 1,047 bilhão havia sido recuperado, restando um saldo de mais R\$ 416,325 milhões a serem pagos.

A soma dos dois valores (R\$ 1,463 bilhão) corresponde a 10,4% do valor apresentado à negociação. Na maioria dos casos, a diferença pode ser explicada pela desistência de empresas, que deixam de honrar as parcelas acertadas com o fisco e abandonam o parcelamento. O dado sugere, ainda, que muitos devedores aproveitam as anistias para “limpar” seu cadastro e participar de concorrências públicas, diante da quase certeza de que outros perdões virão mais à frente.

VERMELHO À VISTA

O balanço de 2006 da Companhia Energética de Goiás (Celg), a ser divulgado nas próximas semanas, dificilmente apontará resultados positivos. Nos primeiros nove meses do ano passado, a conta de resultados da estatal indicava prejuízo acumulado de R\$ 243,260 milhões, num salto de 248,2% em relação às perdas de R\$ 69,871 milhões realizados em igual período de 2005.

Foto: Divulgação



Revolução silenciosa

Programa desenvolvido em parceria transforma realidade de moradores de nove municípios goianos de regiões menos assistidas

Inúmeras palestras, dois cursos de capacitação em design, duas viagens técnicas – ao APL de gemas e jóias do Rio Grande do Sul e à Exposição Feira de Soledade (Exposol). Em dois anos, a rotina do artesão Edson de Carvalho, de Cristalina, no Entorno do Distrito Federal, mudou radicalmente com o início na região do Programa de Desenvolvimento Econômico de Arranjo Produtivo Local (APL) de Artesanato Mineral, executado pelo Senai. Na cidade desde 1994, ele teve de se desdobrar à frente de seus negócios e para acompanhar as muitas atividades do projeto que nascia.

No fim do ano passado, veio a recompensa por todo o esforço e, o que no início era apenas promessa de mudança, o Arranjo Produtivo Local já colhia bons frutos na forma de mais qualidade e incremento real nos lucros dos participantes. O microempresário contabiliza um crescimento de 40% em seus rendimentos em relação ao ano anterior. “Mudei meu processo de trabalho. Procuo agora uma embalagem melhor. A qualidade das jóias produzidas por mim aumentou e passei a valorizar meu trabalho”, comemora Carvalho.

Ele colocou em prática o que aprendeu e hoje, além de montar pingentes, anéis, pulseiras de acordo com as encomendas, produz suas próprias peças, vende à pronta entrega e, mesmo com um preço maior que o anteriormente praticado, não consegue atender à demanda. “Há dez meses cobrava 15 reais para montar um anel, depois passei para 18, depois 20 e agora o serviço custa 23 reais”.



Jade Mundim, fabricante de jóias em Cristalina: atelier reformado a baixo custo

A história de Carvalho é uma das muitas que foram mudadas para melhor com a atuação do programa APL, presente em nove municípios goianos, onde abrange segmentos produtivos específicos. Segundo o Ph.D em economia e professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Wilson Suzigan, o incentivo a arranjos produtivos tem grande potencial para criar emprego e renda, beneficiar grupos empresariais de micro e pequeno porte e regiões menos assistidas, caso do Entorno do Distrito Federal, com um dos maiores crescimentos demográficos da América Latina, e onde a maior parte dos projetos está em andamento.

Essas características foram decisivas para que esse modelo de de-

envolvimento regional fosse apoiado por instituições como Ministério da Integração Nacional, Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (Senai) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). Elas se juntaram numa parceria inédita que resultou, nos últimos dois anos, em investimentos superiores a R\$ 3 milhões, aplicados diretamente nos segmentos produtivos, possibilitando o aumento da competitividade das empresas que compõem os APLs atendidos.

Durante o período de atuação, o programa apresenta números expressivos. Capacitou 1.300 pessoas, prestou assessoria técnica e tecnológica para 219 empresas formais e informais, agroempresários e ateliês

de artesanato e promoveu 21 missões técnicas, incluindo a participação de integrantes dos APLs em feiras nacionais e internacionais. Foram instituídas cinco cooperativas/associações e outras sete passam por reestruturação e capacitação.

Investimento – Uma das providências iniciais na implantação do programa num município é a constituição do comitê gestor, grupo que se reúne periodicamente para definir e analisar as diretrizes do APL. O objetivo é trazer agentes relevantes para o processo de desenvolvimento do setor, como instituições e empresas, para que a evolução do projeto ocorra de forma articulada.

Com o envolvimento de vários parceiros, o APL ganha contribuições valiosas. Em Pirenópolis, por exemplo, um projeto desenvolvido pelo Senai, Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás/Superintendência de Geologia e Mineração, empresários e prefeitura local, apresentado no edital 007/2006 da Finep/Sebrae, foi aprovado em dezembro. São mais R\$ 840 mil para serem investidos no APL de Pirenópolis na construção de um moinho que deverá transformar rejeitos de quartzito em areia para construção civil.



Pulseira desenvolvida pelo artesão Edson Machado: qualificação e maior retorno

A mobilização do segmento ocasionou outros resultados positivos: redução da alíquota de ICMS sobre o quartzito de 12% para 7%, em 2006, e eleição do APL de quartzito de Pirenópolis pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás como um dos cinco prioritários do Estado. Com isso, o APL deverá receber, a partir deste ano, apoio do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL), composto por ministérios e instituições. Coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o GTP-APL é responsável pela gestão do programa de apoio a

arranjos produtivos locais do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007.

Mas não é só Pirenópolis que vive este bom momento. Catalão também pode comemorar novos recursos. No ano passado, a prefeitura local investiu R\$ 8 mil em veiculação de TV dentro da campanha de marketing que promove o pólo de confecções do município, desenvolvida pelo Programa APL, empresários e associação. Este ano, a prefeitura investe mais R\$ 20 mil em assessoria de imprensa nacional para o segmento.

A credibilidade alcançada pelo Programa APL fortalece parcerias e traz benefícios também para municípios que antes não haviam sido contemplados. Um exemplo é Santo Antônio do Descoberto (GO), a 40 quilômetros de Brasília. O segmento de confecções local será atendido a partir deste ano pelo programa e o investimento, proveniente do Ministério da Integração Nacional, é de R\$ 150 mil. Cerca de 90 micro e pequenas empresas existentes receberão capacitação, assistência técnica e tecnológica, além de assessoria relacionada à organização do arranjo produtivo e incentivo ao cooperativismo.

Inovação da tradição – No Brasil, poucos indivíduos se dedicavam a vida inteira a um só ofício, sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente mais lucrativo. Mais raro ainda são os casos em que uma mesma profissão perdurava na mesma família por mais de uma geração. Mas há exceção: os lapidários, joalheiros e prateiros, que ganharam referência no livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

Jade Mundim, fabricante de jóias em Cristalina (GO), desde 1980, é um desses raros exemplos. Descendente de italianos, que já trabalhavam com ouro e prata antes de



Marcos Leão e Kátia Jacarandá: transferência de conhecimento aos artesãos

desembarcarem no País, Jade aprendeu o ofício há 30 anos, com um tio. Desde então exerce a profissão no mesmo endereço, um ateliê localizado em frente a uma das praças mais movimentadas da cidade.

O espaço se deteriorou com o tempo e Jade enumera os problemas: “Só tinha uma luz daquelas de torcer para acender (antigo sistema de funcionamento). Perdi o cadeado que trancava a única janela há muitos anos e, desde então, ela não abre. As ferramentas ficavam espalhadas, sem lugar apropriado”.

Ao participar do trabalho de capacitação em design promovido pelo Programa APL, no ano passado, Mundim conheceu parte da equipe da Baobá, empresa contratada para transferir o conhecimento, os designers Marcos Leão e Kátia Jacarandá. Os profissionais viram no ateliê do joalheiro a oportunidade de mostrar para todos os artesãos que é possível construir um local de trabalho adequado, sem grandes investimentos. “Com boa iluminação, a confecção dos produtos ganha qualidade. Já uma mesa na altura adequada traz maior produtividade e evita futuros problemas de saúde”, explica Marcos Leão.

Em dezembro, começaram as reformas e quatro amigos do joalheiro se responsabilizaram pela mão-de-obra. Com 500 reais, do próprio bolso, os designers conseguiram pintar e decorar o ateliê, que em janeiro já estava pronto. A diagramadora da Baobá, Priscila Áquila, desenvolveu novo layout para a tradicional marca Mundim de jóias e o fotógrafo da empresa, Flávio Isaac, ofereceu montagem de fotos que está sendo confeccionada e deverá ser colocada na parede do ateliê. “O novo espaço contribuiu para a melhoria da autoestima do joalheiro. Ele está mais comunicativo, com brilho nos olhos, até mais bonito”, brinca o designer. ■



Decoração: soluções criativas e baratas recriam ambiente de trabalho

Indústria beneficia o maracujá

Segmentos econômicos que apresentam potencialidade para se transformar em futuros arranjos produtivos locais também se beneficiam da parceria entre Ministério da Integração, Fieg e Senai. É o caso de São Patrício, município de 1.800 habitantes, que em 2006 foi atendido pelo Programa Organização Produtiva de Comunidades (Produzir), com capacitação técnica e administrativa de produtores rurais e promoção do cooperativismo.

Este ano, São Patrício recebe outro incentivo. Trata-se de investimentos da ordem de R\$ 187,2 mil, provenientes do Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (Promeso), por meio do Ministério da Integração Nacional e Senai, destinados à implantação de uma unidade industrial. No ano passado, as famílias de produtores aprenderam a desenvolver industrialmente produtos derivados do maracujá, agregando valor ao produto. Reunidas por meio da fundação de uma cooperativa, essas pessoas passaram a fabricar e a comercializar seus produtos em feiras e em um espaço alugado e cedido pela prefeitura.

Entretanto, os empreendedores não têm recursos necessários para produzir em grande escala e as 320 toneladas de maracujá colhidas anualmente no município, segundo dados de 2003 do IBGE, saem in natura de São Patrício. Com a instalação da indústria, essa realidade deve mudar. A capacidade operacional da linha de processamentos é de 100 kg/h de matéria-prima, resultando na produção média de aproximadamente 800 kg de produto acabado por dia. A central de negócios funcionará como um entreposto de recepção, classificação, industrialização e comercialização de subprodutos da fruta. A indústria será gerenciada pela Cooperativa Agroindustrial de Produtores Rurais de São Patrício (Caprus).

55 anos de conquistas

Consolidação e ampliação dos cursos de graduação tecnológica marcam evolução do Senai no Estado

O rápido processo de industrialização ocorrido em Goiás nos últimos anos, impulsionado pela chegada de novos e grandes empreendimentos, tem aumentado a demanda das empresas por profissionais qualificados. Em 55 anos de atividades no Estado, o Senai busca acompanhar esse ritmo de crescimento preparando mão-de-obra especializada para o mercado de trabalho em mais de 250 modalidades de cursos, desenvolvidos em todos os níveis de ensino – da aprendizagem industrial à graduação tecnológica e até a pós-graduação.

O ensino superior foi implantado em 2004 e deu início à verticalização da educação profissional ministrada pelo Senai, com a aprovação pelo Ministério da Educação (MEC) da graduação em química farmacindustrial (processos químicos), realizada em Anápolis pela Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, unidade pioneira da instituição no



Qualificação e treinamento: sistema recebe perto de 50 mil matrículas por ano

Estado, inaugurada no dia 9 de março de 1952. A classificação máxima obtida do MEC abriu caminho para a implantação de mais dois cursos – automação industrial e redes de computadores, também aprovados com conceito A e ministrados, respectivamente, pelas faculdades Senai Ítalo Bologna e de Desenvolvimento Gerencial, ambas em Goiânia.

Integrante do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), o Senai se prepara para oferecer este ano mais três cursos superiores – tecnólogo em alimentos, manutenção de aeronaves e em bioenergia (energia renovável). Ainda em 2007, mais uma unidade da instituição – a Escola Senai Vila Canaã – espera ser credenciada pelo MEC como faculdade de tecnologia. A formação técnica de nível médio também será ampliada, com a implantação de três novas habilitações – técnico em artes gráficas, em mineração e em pirometalurgia.

Os projetos estão em fase de conclusão para encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação. Atualmente, o Senai oferece mais de 20 cursos técnicos, alguns deles ministrados na modalidade de educação a distância.

Demanda crescente – Modalidade de ensino que motivou a criação do Senai no País há mais de seis décadas, a aprendizagem industrial, destinada a adolescentes, não foi abandonada e teve crescimento significativo em Goiás a partir de 2003, ano em que registrou 1.593 matrículas. Em 2005, esse número saltou para 2.390. No mesmo período, a qualificação profissional de adultos passou de 3.926 matriculados para 7.354, quase dobrando o atendimento. Nos cursos de aperfeiçoamento profissional, de curta duração, foram realizadas 33.345 matrículas em 2003 e 49.468 em 2005.

Quanto à habilitação técnica, os números também surpreendem. Em dois anos, as matrículas passa-



Marivaldo Alvarenga: qualidade e produtividade

ram de 2.249 para 3.948. Nos dados preliminares de 2006, esse número sobe para 5.292. De acordo com a Pesquisa de Egressos (Sapes), realizada pela Gerência de Planejamento e Desenvolvimento do Senai Goiás, de 10.111 alunos concluintes em 2006 de cursos de aprendizagem, qualificação e habilitação, 56,3% estão no mercado de trabalho.

O Senai também ministra cursos de pós-graduação em gestão empresarial, ambiental, da produção, gestão corporativa para executivos, logística empresarial, segurança em rede de computadores e responsabilidade social nas empresas. Ano passado, as especializações registraram 361 matrículas.

Na área de serviços técnicos e tecnológicos, o Senai prestou, em 2006, 717 consultorias para 237 clientes de 160 empresas de diversos segmentos industriais. Por meio de unidades fixas e móveis e de parcerias com empresas e prefeituras, a instituição atuou em 81 municípios, com ações de educação profissional e serviços técnicos e tecnológicos.

A partir da década de 80, sob a direção do economista Paulo Vargas, o Senai Goiás experimentou grande desenvolvimento técnico e tecnológico, com a adoção de uma política de trabalho voltada para maior abertura da instituição ao segmento empresarial. A estratégia possibilitou a realização de ações de educação profissional cada vez mais sintonizadas com as reais necessidades do mercado. Parcerias com indústrias e prefeituras viabilizaram a construção e ampliação da rede de unidades Senai e possibilitaram equipar e modernizar ambientes de ensino, além de diversificar a oferta de cursos.

Em 2002, foi iniciado o processo de integração das instituições que compõem o Sistema Fieg – Senai, Sesi, IEL e ICQ Brasil, além da própria Fieg –, consolidado em 2004.



Jorge Meister: fator de confiabilidade

Hoje, mais de 50 mil pessoas se matriculam, anualmente, em cerca de 250 tipos de cursos e programas em 20 áreas ocupacionais, oferecidos por unidades fixas estrategicamente distribuídas em Goiânia (3), Anápolis, Catalão, Itumbiara e Minaçu, além dos Centros Integrados Senai/Sesi, em Aparecida de Goiânia, Rio Verde e em Niquelândia. Esse último foi inaugurado em setembro, em parceria com a Votorantim Metais, Anglo American e a prefeitura local. Vários outros municípios também são atendidos por meio de unidades e ações móveis. Paralelamente à programação básica definida, o Senai desenvolve inúmeros outros cursos sob encomenda para atender a necessidades específicas das empresas.

Este ano, em comemoração aos 55 anos do Senai em Goiás, foram inaugurados no dia 9 de março os novos ambientes de ensino da Escola Senai Vila Canaã – Núcleo de Tecnologias do Gás, Núcleo de Informação Tecnológica, Laboratório de Sistemas Elétricos de Potência e modernização do parque gráfico – e os novos laboratórios da Unidade de Tecnologia em Calçados da Faculdade de Tecnologia Senai Ítalo Bologna.

Para o presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, o Senai tem contribuído enormemente com o desenvolvimento socioeconômico do Estado. “O



Ivan da Glória: resposta aos desafios

Senai tem sido fator de atração determinante para as indústrias que estão se instalando em Goiás”.

O presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas e Correlatas no Estado de Goiás, Ivan da Glória Teixeira, destaca que o Senai demonstrou sua capacidade de responder aos grandes desafios com seriedade e inovação. “A indústria mudou e a instituição acompanhou as mudanças”.

Para o empresário Jorge Meister, proprietário da JBM Indústria e Comércio de Embalagens Plásticas, o Senai Goiás tem sido uma das mais importantes ferramentas para o desenvolvimento do Estado. “Buscando sempre a excelência, seja na aquisição de equipamentos de ponta ou no aperfeiçoamento de seu quadro docente, a instituição torna-se imprescindível para o crescimento da indústria local e também como fator de confiabilidade para a atração de novas indústrias para Goiás”, diz Meister.

O empresário Marivaldo Alvarenga, dono da Retífica Alvorada, disse que o trabalho desenvolvido pelo Senai Goiás é fundamental para o crescimento de pessoas e empresas. “O atendimento da instituição sempre foi excelente. Seus cursos e treinamentos são programados de acordo com nossas necessidades, contribuindo, dessa forma, com o aumento da qualidade e produtividade”. ■

Trabalho seguro, ganhos para todos

Além de preservar vidas, investimentos em saúde e segurança no trabalho evitam despesas com acidentes e doenças ocupacionais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, em média, morrem diariamente 6 mil pessoas no mundo em consequência de acidentes ou doenças de trabalho. Goiás, de acordo com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), registrou em 2005 mais de 12 mil ocorrências do tipo, das quais 117 resultaram em mortes. Além dos custos inestimáveis representados pelo valor da vida humana, só com acidentes de trabalho o Brasil gasta por ano mais de R\$ 32 bilhões, segundo números divulgados no Diário Oficial da União em 2004.

Em uma situação hipotética, se uma viga atinge a perna de um operário, causando um ferimento não muito grave, os gastos passam de R\$ 5 mil. A estimativa foi feita pela engenheira de trabalho

da Gerência de Saúde do Sesi Tatiana Taumaturgo, ao ilustrar quanto custa um acidente de trabalho, durante fóruns empresariais de saúde e segurança de trabalho que a instituição realizou no ano passado em Goiânia e em cidades do interior.

Se, de um lado, são altos os custos decorrentes de acidentes e doenças ocupacionais, por outro, pesquisas demonstram que programas de saúde e segurança no tra-

balho (SST), além de obrigatórios por lei, deveriam ser vistos como investimento. Pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo, coordenada pelo professor José Pastore, constatou que a cada um real investido com saúde e segurança do trabalhador, são economizados quatro reais com gastos em acidentes e doenças ocupacionais.

“Cuidar da saúde e qualidade de vida do trabalhador é um investimento altamente lucrativo. O



Gráfica Formato: funcionários não sofrem acidentes há 17 anos

bom ambiente de trabalho é fator determinante na produção”, afirma o delegado regional do Trabalho, Inocêncio Oliveira.

Bom exemplo – Especialista em impressão de convites de casamento, a Gráfica Formato, em Goiânia, comemora o fato de não ter registrado um só acidente de trabalho em seus 17 anos de funcionamento. Na unidade de produção, onde trabalham 20 pessoas, está sendo formada a Comissão Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho (Cipa), instituída para conscientizar e envolver a equipe nos programas preventivos, mesmo não sendo exigida por lei pelo número de funcionários.

“Quem não usa equipamento de proteção individual é advertido. Precisamos utilizar todos os meios para prevenir acidentes e doenças ocupacionais. É necessário conscientizar os trabalhadores. Eles não podem ver as medidas preventivas apenas como cumprimento legal e exigência do padrão, mas como cuidado para sua própria vida”, afirma o diretor da Formato, Leopoldo Moreira Neto. A gráfica realiza os programas de controle médico e saúde ocupacional e prevenção de riscos ambientais oferecidos pelo Sesi (*veja quadro*).

Para reforçar o cumprimento das exigências legais, medidas do governo federal buscam incentivar empresas que cumprem as normas trabalhistas. Em fevereiro, foi lançado decreto que reduz a alíquota previdenciária das empresas que registram números de acidentes de trabalho abaixo da média correspondente ao setor em que atuam. A diminuição será de acordo com o número de acidentados, a gravidade, os custos que os acidentes representam para a Previdência e o grau de risco classificado pela legislação trabalhista. ■



Moreira Neto: conscientização dos trabalhadores

Serviços oferecidos pelo Sesi em Saúde e Segurança no Trabalho

A unidade Sesi Goiânia, no Centro de Goiânia, é responsável por executar os programas de Saúde e Segurança no Trabalho. A equipe possui médicos, enfermeiros, engenheiros e técnicos do trabalho e realiza os seguintes programas:

- Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) – Em princípio, todo local de trabalho possui riscos para a saúde do trabalhador. Para conhecê-los, é realizado o LTCAT, que mede os agentes que poderão causar, em longo prazo, doenças nos trabalhadores.
- Programa de Prevenção a Riscos Ambientais (PPRA) é elaborado por meio do laudo e estabelece medidas que orientarão ações preventivas.
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) acompanha e avalia as condições de saúde do trabalhador.
- Novas campanhas educativas e preventivas nas indústrias – Em 2007, o Sesi realizará várias ações educativas e preventivas. A primeira será sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) nas indústrias. O objetivo da campanha é oferecer informações sobre o uso desses equipamentos. A utilização dos EPIs é uma ação simples e que evita uma série de acidentes do trabalho. Também haverá campanhas contra tabagismo e de conscientização sobre a tuberculose, realizadas durante as Semanas Internas de Prevenção a Acidentes do Trabalho das empresas.

O que são acidentes de trabalho

- Aqueles ocorridos no exercício do trabalho.
- Na prestação de serviços em outros locais.
- Em viagens a serviço da empresa.
- No trajeto entre casa e trabalho e vice-versa.
- Doenças causadas pelas condições de trabalho.
- Doenças provocadas pelo tipo de trabalho.

Inclusão digital, inclusão social



Em parceria com empresas, Programa Sesi Educação do Trabalhador promove alfabetização digital

A desigualdade social e a má distribuição de renda no Brasil refletem diretamente no uso de computadores e acesso à internet no País, segundo mostram números do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (Ibope)/Mídia, referentes a 2005. De acordo com a pesquisa, o Brasil é o país latino-americano com a maior diferença de acesso à rede mundial entre ricos e pobres. Em média, 31% dos brasileiros têm acesso a computadores. No entanto, nas classes D e E esse número cai para 3%.

Diante desse quadro, programas de inclusão digital são necessários para diminuir a diferença, colaborando também para a inclusão social. Ações de erradicação de analfabetismo digital estão inclusive previstas pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, do Ministério da Educação e Cultura. O Sesi, instituição que promove a educação e é sensível às necessidades da sociedade, tem criado condições para que alunos conheçam e dominem as tecnologias da informação.

Mais de 30 jovens e adultos, alunos do ensino fundamental do programa Sesi Educação do Trabalhador nas cidades de Itumbiara e em Porteirão, no Sudoeste do Estado, receberão a partir deste semestre aulas de informática.

Eles são trabalhadores da Maeda, indústria produtora de óleos de algodão em Itumbiara. A empresa é pioneira no projeto.

Pesquisa realizada pelo Sesi constatou que 90% dos alunos do programa são “analfabetos digitais”. “A proposta do projeto é trabalhar com a informática educativa, que utiliza o computador como um meio transformador do ambiente de aprendizagem, com possibilidades de buscar diferentes caminhos de resolução de problemas de forma rápida, integrada e motivante, rompendo fronteiras entre os diferentes conteúdos curriculares”, avalia a coordenadora do projeto, a pedagoga Quissínia Gomes de Freitas. Neste ano, a previsão do Sesi é de que cinco empresas parceiras do Educação do Trabalhador participem do projeto piloto.

Em Itumbiara, as aulas ocorrerão na unidade do Sesi e em Porteirão, na escola municipal. Além de aprenderem sobre o sistema operacional Windows, programas do pacote Microsoft Office, Internet Explorer, os alunos terão aulas com utilização de computadores e aprenderão a realizar pesquisas interdisciplinares por meio da internet. Em Porteirão, a Maeda estenderá à comunidade o acesso a computadores e a aulas de informática.

A maior parte dos alunos da empresa é de trabalhadores rurais e operadores de máquinas agrícolas, como tratores e colheitadeiras. “As necessidades do mercado de trabalho mudam com muita rapidez. Queremos proporcionar ao empregado da Maeda capacidade de aprender, de cooperar, de ser flexível e criativo diante de novas situações”, explica a supervisora de Recursos Humanos da empresa, Márcia Lygia.

Ela ressalta ainda que o processo de inclusão digital traz aumento da auto-estima do trabalhador, senso de cooperação e entusiasmo em colaborar com as metas da empresa. “Nosso objetivo é produzir o melhor algodão do mundo, por isso precisamos de pessoas dispostas a crescer junto com a Maeda. E nós encaramos o crescimento de nossos funcionários como o nosso, por isso proporcionamos os meios necessários”, acrescenta. ■



Lazer na indústria

Levantamento aponta estilo de vida do trabalhador. Sesi oferece às empresas o Programa Lazer Ativo

Realizada e divulgada em 2006, a pesquisa Estilo de Vida e Hábitos de Lazer dos Trabalhadores das Indústrias de Goiás servirá este ano como parâmetro para a implantação no Estado do Programa Lazer Ativo, desenvolvido pelo Sesi em todo o País e que tem como objetivo informar e criar oportunidades para que os trabalhadores conheçam, experimentem e incorporem ao seu estilo de vida hábitos mais saudáveis e atividades de lazer.

O estilo de vida representa um dos principais fatores direta ou indiretamente associados ao aparecimento das chamadas “doenças da civilização”, como problemas cardiovasculares. Isso ocorre devido às novas rotinas de vida da maioria das pessoas e ao maior consumo de alimentos calóricos, com altos teores de gorduras saturadas e açúcares.

Gerente-executivo de Cultura, Esporte e Lazer do Departamento Nacional do Sesi, Eloir Edilson Simm explica que diante dessa realidade, a instituição tem adotado novos ideais em seus serviços. O Lazer Ativo, por exemplo, é estruturado em cinco pilares: promoção da alimentação saudável, controle do estresse, atividades físicas, comportamentos preventivos e relacionamentos saudáveis.

“Após pesquisa gratuita que avaliará o estilo de vida dos

Estilo de vida e hábitos dos trabalhadores goianos

- 91% raramente se sentem depressivos
- 76,9% não são fumantes
- 45,1% às vezes praticam atividades físicas
- 25,5 % vão de bicicleta ou a pé ao trabalho
- 20% consideram o cansaço como dificultador das práticas de exercícios físicos

Serviço
Mais informações sobre a implantação do Lazer Ativo em empresas pelos telefones (62) 3219-1323 / 1411.

industriários, os profissionais do Sesi apontarão as medidas necessárias, criando atividades e programas específicos, que elevem a qualidade de vida. Após um ano a pesquisa é refeita e os resultados são avaliados. Ou seja, o Lazer Ativo é estruturado de acordo com as necessidades diagnosticadas pelas pesquisas. Acima de tudo, o objetivo é “promover a saúde do trabalhador”, completa a gerente de Lazer do Sesi Goiás, Aida Inácio.

Aproximadamente metade dos trabalhadores brasileiros não pratica qualquer atividade física em seu tempo livre, de acordo com pesquisas realizadas pelo Sesi Nacional. Em Goiás, essa realidade também se repete: 45% dos trabalhadores são sedentários.

No Estado, a pesquisa compreendeu mais de 58 mil trabalhadores, dos quais 61,1% homens, em 75 indústrias de Goiânia, Itumbiara, Aparecida

de Goiânia, Rio Verde, Catalão e Anápolis. O levantamento reúne dados sobre estilo de vida, indicadores de saúde e bem-estar, atividade física e lazer, além de hábitos alimentares.

Embora a percepção de bem-estar seja bastante positiva para a maioria dos trabalhadores, tanto no trabalho quanto no lar, exercícios físicos ou esportes regulares são praticados por apenas 37% dos entrevistados. Cansaço e falta de vontade são os principais fatores que dificultam a prática de atividades físicas. Estresse e tabagismo, em homens com mais de 40 anos, consumo de álcool, em homens de qualquer idade, e inatividade física, em mulheres com mais de 40 anos, foram apontados como os principais fatores de risco. A pesquisa foi executada pelo núcleo de Pesquisa em Atividade Física e Saúde, do Centro de Desporto da Universidade Federal de Santa Catarina. ■

Tudo por um bom negócio

Fórum permanente reúne grandes indústrias e instituições interessadas em resgatar riquezas e criar condições para o desenvolvimento de fornecedores

O objetivo final está determinado. Alcançá-lo é o propósito de indústrias e instituições de dois municípios goianos, que têm no Instituto Euvaldo Lodi (IEL) a consultoria para trilhar o caminho. O primeiro a consolidar o Fórum Permanente de Oportunidades de Negócios foi Rio Verde, em 2006. Agora é a vez de Itumbiara, município sede de significativo pólo agroindustrial e o maior exportador goiano, devido ao fácil acesso às Regiões Sul e Sudeste do País e ao sudoeste do Estado.

As indústrias Caramuru, Braspelco, Usina Alvorada, Maeda, Alca Foods e Grupo Maudi exercem o papel de gestoras. As instituições Universidade Luterana do Brasil (Ulbra Itumbiara), Associação Comercial e Industrial de Itumbiara (ACII), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), prefeitura, Caixa Econômica Federal (CEF), Agência de Fomento de Goiás e Banco do Brasil são as parceiras que, juntamente com o IEL Goiás, lançaram o fórum na cidade, em fevereiro.

O fórum é uma inovação que visa mudar o cenário econômico da região e revelar o potencial de crescimento das empresas de micro, pequeno e grande porte, incluindo a qualificação dos fornecedores das indústrias, a partir do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), que atualmente capacita 21 empresas da região.

A partir de agora, instituições e empresas estão comprometidas a fazer levantamento das oportunidades de negócios comerciais que, em



Foto: Divulgação



Braspelco e Caramuru: duas entre as empresas gestoras do processo

alguns casos, a economia de Itumbiara está perdendo para outros municípios ou Estados. “Queremos evitar que ocorra a migração de riquezas de Itumbiara para outros lugares”, defende a coordenadora de consultoria empresarial do IEL Goiás, Vera Lúcia Elias de Oliveira. Conforme explica, as ações do fórum são perenes e independentes de esforço político. “O interesse é mapear o que está sendo comprado, identificar o que se compra e quem está vendendo. E, se quem estiver vendendo não for do município, va-

mos então, criar oportunidades para que seja”, frisa a consultora.

O resgate dessas negociações que podem estar ocorrendo fora da cidade e, conseqüentemente, das divisas geradas no mercado interno, paulatinamente aumentará a competitividade dos setores industrial e comercial de Itumbiara. Outro objetivo do fórum, juntamente com o PQF, é adequar as micro e pequenas empresas da cidade a buscar qualidade na gestão, nos produtos, serviços, atendimento, na capacidade de produção e qualificação técnica.

Ao contribuir para o crescimento sustentável do município, melhorar o relacionamento entre os diversos atores do mercado, mensurar e ampliar o volume de negócios, o fórum sintoniza comprador e fornecedor numa relação contemporânea, na qual os acordos de ganhos são compartilhados.

Representante do varejo, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) regional de Itumbiara tem hoje quase 600 associados e é uma das instituições parceiras do fórum. O presidente da entidade, Sérgio Carneiro, vê com bons olhos a iniciativa do IEL, porque dará mais conhecimento do perfil do setor produtivo e comercial. “A desinformação hoje é grande. O fórum vem suprir a necessidade de informação para que se possa mudar essa corrente de negócios em favor da cidade e também estimular os fornecedores a se tornarem competitivos, capazes de atenderem às demandas das grandes empresas”.

Totalmente viável, o fórum requer das empresas gestoras a prestação de informações sobre seus negócios comerciais e demandas, para que possa ser traçado o demonstrativo de aquisição das compradoras. “É o conhecimento desses números que ainda não temos, números relativos a compras efetuadas pelas



Silveira: “não podemos deixar nossa economia enfraquecer”

grandes empresas que demonstram a evasão de recursos de Itumbiara”, comenta Sérgio Carneiro, ao notificar o potencial de crescimento da cidade e a necessidade de dar chance ao fornecedor local.

A Associação Comercial e Industrial de Itumbiara (ACII), representante local das empresas, destaca a importância da parceria com o IEL Goiás, principalmente quanto à visibilidade que terá o setor produtivo, com o fórum. Presidida por Francisco Cláudio da Silveira, a entidade também é parceira. “Essa integração vai gerar renda, emprego e negócios. Não podemos deixar nossa economia enfraquecer, temos de trabalhar

para deixá-la forte e manter aqui nossas divisas, recursos”.

Crédito – As empresas que decidiram unir os braços do conhecimento e da gestão, por meio do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), podem contar com mais uma ferramenta de suporte. “O crédito, se não é um remédio decisivo, pelo menos é algo importante nas atividades econômicas, unindo capital e trabalho”, argumenta o diretor de operações da Agência de Fomento Goiás (GoiásFomento), Múcio Bonifácio Guimarães.

Ele ministrou seminário sobre linhas de financiamento aos 21 fornecedores participantes do PQF em Itumbiara, e antecipou que no caso específico do programa, a agência criará modelagem especial de crédito, porque especial é a atividade e o modo de trabalhar do programa. “O PQF é exitoso devido à maneira que vem sendo trabalhado no Estado de Goiás”, enfatiza Guimarães.

As linhas de crédito da GoiásFomento que hoje já estão prontas e os requisitos especiais que serão delineados para o PQF podem viabilizar negócios e estruturar melhor a gestão das empresas e, “elas terão tudo para se constituir em sucesso”, explica o diretor da agência. “Cabe à GoiásFomento, e aqui esse é o nosso papel, oferecer também condições e, por meio de financiamento, viabilizar algumas atividades para que as empresas se tornem qualitativas e organizadas, porque as exigências de mercado são cada vez maiores. As grandes indústrias precisam ter produtos competitivos, sobretudo com bom preço”, finaliza Múcio Guimarães.

Entusiasta do PQF, ele reconhece que as oportunidades que serão oferecidas aos empresários por meio do fórum refletem exatamente na qualidade das empresas que participam. ■

Benefícios do Fórum Permanente de Oportunidades de Negócios

Ao comprador

- Fornecedor capacitado a atender exigências.
- Redução dos custos de aquisição.
- Fornecedores monitorados.
- Produtos e serviços em conformidade com critérios estabelecidos.

Ao fornecedor

- Ampliação do volume de negócios.
- Possibilidade de negócios em coopera-

ção com outros fornecedores.

- Abertura de novos nichos de mercado.
- Acesso facilitado ao mercado.

Ao município

- Desenvolvimento econômico e social.
- Evita fragmentação das ações.
- Agiliza execução de projetos de interesse socioeconômico.
- Aumenta a participação empresarial no direcionamento econômico do município.

Qualidade no transporte coletivo

HP Transportes transforma-se na primeira empresa do setor no Estado a receber certificação com base na norma ISO 9001

Em operação há 47 anos e hoje com uma frota de mais de 350 veículos, a HP Transportes, que conduz uma média de mais 4 milhões de passageiros por mês, é a primeira empresa do ramo de transportes urbanos em Goiás a conquistar a certificação segundo a ISO 9001 pelo ICQ Brasil.

Em 1999, quando a alta direção da HP Transportes assumia o compromisso com a implementação de práticas voltadas à qualidade, implantando o programa 5S na empresa, iniciava-se um importante ciclo de qualificação da organização rumo ao crescimento e à melhoria contínua de seus serviços, conduzindo-a até a conquista da certificação.

A partir dessa iniciativa, a empresa passou a implementar e aperfeiçoar diversas ferramentas da qualidade, ampliando o 5S, que teve início na equipe de manutenção, para todos os setores da organização, conhecendo o famoso Método de Análise de Solução de Problemas (Masp), e diversas outras ferramentas como Gráfico de Pareto, Diagrama de Causa e Efeito, Diagrama de Árvore, Brainstorming, Método PDCA, até chegar à criação de programas internos como o Gerenciamento da Qualidade Total (GQT) e a Rede de Cliente e Fornecedor Interno.

“Quando pessoas de outras empresas me perguntam qual o fator primordial para se alcançar a certificação segundo a ISO 9001:2000, além, é claro, do empenho e da disponibilização de recursos pelo corpo diretivo, eu respondo com segurança: a convicção de todos os líderes da organização sobre a importância de se implementar e manter um sistema de

gestão voltado para a melhoria contínua e a satisfação dos clientes”, comemora a coordenadora-geral da HP Transportes, Indiara Ferreira.

Foram oito anos de preparação do Sistema de Gestão da Qualidade, implementado por um comitê formado por nove integrantes da própria equipe da empresa. Gerente do Setor de Excelência no Transporte e Representante da Direção, Leomar Avelino afirma que a empresa, como um todo, se torna mais eficaz e eficiente, gerando mais qualidade e produtividade.

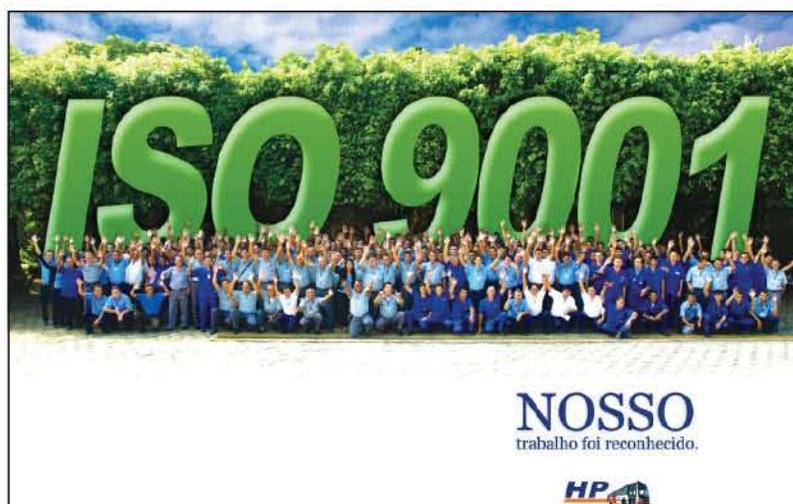
Indiara Ferreira também integrou o comitê e acredita que o sistema de gestão da qualidade é um estímulo ao aperfeiçoamento profissional da equipe, pois torna o ambiente mais exigente e propício à aprendizagem. “A certificação é o resultado de um compromisso que, publicamente, assumimos com nossos clientes, empregados, sócios cotistas e sociedade, visando melhorar continuamente nossos processos e resultados, de modo a impactar positivamente a qualidade

do nosso serviço, melhorando a satisfação dos agentes citados”, completa a coordenadora-geral.

O presidente da HP Transportes, Paulo Rogério de Carvalho Pinheiro, se mostra otimista quanto aos planos futuros em relação à certificação da empresa. “Estamos certos de que a certificação segundo a ISO 9001 será renovada quando de seu vencimento e já estamos investindo no objetivo de novas certificações de qualidade, inclusive a de gestão ambiental, pelo cumprimento das normas mundiais do meio ambiente”.

A HP Transportes foi auditada pelo ICQ Brasil durante dez dias no mês de dezembro de 2006 e recebeu seu certificado no dia 5 de janeiro de 2007 para o escopo de “prestação de serviço em transporte público de passageiro por ônibus na região metropolitana de Goiânia”. ■

** Conheça mais sobre as ferramentas da qualidade no site www.icqbrasil.com.br/portalqualidade*



HP Transportes: certificação e compromisso com práticas voltadas à qualidade

Saúde é o que interessa

O ICQ Brasil foi auditado pela Organização Nacional de Acreditação, que o recomendou para avaliar entidades da área de saúde

Ao completar dez anos de existência, com atuação na certificação de sistemas de gestão da qualidade e produtos, o Instituto de Certificação Qualidade Brasil (ICQ Brasil) vive a expectativa de mais uma conquista: a aprovação da recomendação pela Organização Nacional de Acreditação (ONA) para a atividade de avaliação de sistemas de gestão hospitalar em entidades da área da saúde segundo padrões normativos estabelecidos pela própria organização.

O processo de acreditação do instituto iniciou-se em outubro de 2006, quando a ONA avaliou a documentação do sistema de gestão do ICQ Brasil, aprovando-o para a auditoria de credenciamento, ocorrida em fevereiro último. Na oportunidade, dois auditores avaliaram na prática o sistema e a estrutura de

trabalho do instituto, recomendando-o para o credenciamento, condição para que possa iniciar sua atuação nessa nova área no Estado e em todo o Brasil, contribuindo com mais uma importante ferramenta de gestão e melhoria de desempenho das organizações prestadoras de serviços hospitalares.

A Organização Nacional de Acreditação (ONA) é uma organização não-governamental com atuação nacional. Seu objetivo é promover a implementação de um processo permanente de avaliação e de certificação da qualidade dos serviços de saúde, permitindo seu aprimoramento contínuo, de forma a garantir a qualidade na assistência aos cidadãos, em todas as organizações desse gênero.

Basicamente qualquer organismo de prestação de serviços da saúde (OPSS) pode, hoje, obter a certifi-

cação conforme as normas da ONA. Segundo Fábio Leite Gastal, CEO da organização, o Sistema Brasileiro da Acreditação abrange praticamente toda a área de serviços de saúde, que vai desde hospitais até clínicas, ambulatórios, laboratórios clínicos e outros. Assim, toda a rede prestadora pode, a partir de uma instituição acreditadora credenciada, fazer o processo de avaliação e certificação da qualidade de serviços da saúde em todas essas áreas.

Quanto aos benefícios da acreditação, Fábio Gastal afirma que as OPSS obtêm metodologia de gestão implantada e certificada que vai permitir a elas assegurar melhor desempenho e ter melhores resultados tanto no plano assistencial de cuidados ao paciente e diminuição de riscos, como nos resultados econômicos e financeiros. ■



Reunião: Paulo Galeno (camisa clara), superintendente do IEL e ICQ Brasil, recebe auditores da ONA



Foto: Divulgação

O prefeito de Jaraguá, Lineu Olímpio de Souza, o governador de Goiás, Alcides Rodrigues Filho, e o presidente do Sinroupas e Agicon, Frederico Martins Evangelista: *Exporta Moda Goiás*

SINROUPAS

Exporta Moda Goiás

A Associação Goiana das Indústrias de Confeções e Correlatas (Agicon) comemorou seus 20 anos durante o 1º *Exporta Moda Goiás*, realizado em Jaraguá. Cerca de 500 pessoas ligadas ao setor participaram do evento, onde foram ministradas palestras e um workshop. A primeira edição do *Exporta Moda Goiás* contou com o apoio do governo estadual, por meio das secretarias de Indústria e Comércio e de Comércio Exterior, Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia (Sinroupas), Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest), Senai Goiás, prefeituras municipais de Jaraguá, Trindade e Inhumas.

SINDIFARGO

Negócios na Argentina

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas e Correlatas no Estado de Goiás (Sindifargo) promoveu reunião, no dia 6 de fevereiro, entre representantes de empresas e da Embaixada da Argentina, na sede do Instituto de Gestão Tecnológica Farmacêutica (IGTF), em Anápolis. Participaram do encontro Pablo Hernán Gómez Coto e Eduardo Leone, ambos da área de captação de negócios da embaixada, e representantes de dez indústrias farmacêuticas. O presidente do Sindifargo, Ivan da Glória Teixeira, destacou o objetivo da reunião: intercâmbio de informações entre as empresas goianas e argentinas para parcerias e apresentação de possibilidade de negócios na área de fármacos. Ele afirma que já está agendado novo encontro com técnicos do Ministério da Saúde da Argentina para discutir a legislação para venda de medicamentos.

SINDUSCON-GO

Capacitação em qualidade

Para preparar profissionais ligados a sistemas de gestão de qualidade, o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) realizou o curso *Leitura e Interpretação da Norma NBR ISO 9001:2000*. Foram abordados temas como estrutura da documentação, auditoria e certificação e passos para implementação. Ainda sobre legislação, a nova NBR 12.721-2006 referente ao cálculo do Custo Unitário Básico de Construção (CUB) entrou em vigor em fevereiro de 2007. Com a mudança, os sindicatos da construção de todo o País passaram a publicar o CUB de acordo com as novas especificações a partir de março. Informações sobre o novo procedimento de cálculo do indicador podem ser obtidas na Comissão de Economia e Estatística (CEE) do sindicato pelo telefone 3095-5167.

SIMELGO

Estatuto nacional

O Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo) promoveu palestra, dia 8 de fevereiro, sobre as consequências trabalhistas do Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Lei Complementar nº 123/2006). A partir de levantamento das necessidades dos empresários ou alterações na legislação, o sindicato realizará uma palestra por mês sobre temas variados. O especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Católica de Goiás (UCG), advogado Rafael Lara Martins, orientou os presentes a respeito do impacto das mudanças. A palestra foi realizada no auditório (foto) do 5º andar do Palácio da Indústria, em Goiânia.





Crescimento e inflação

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Existe um grande erro no Brasil, que tem custado muito caro ao País. Esse erro consiste em pensar que, para crescer mais, nós devemos ter mais inflação. Persiste o mito de que um pouquinho de inflação não vai trazer problemas. Nós já ouvimos essa história em diversas circunstâncias. O Brasil enfrentou um período de inflações elevadas e crises periódicas desde a década de 50. Já atingimos taxas de cerca de 2.000% ao ano na década de 1980. E foi baixíssimo o crescimento. A experiência brasileira, equivalente à dos demais países, é de que inflação alta gera recessão, desemprego, estagnação. É a chamada estagflação, vivida pelo Brasil durante várias décadas.

Não há caso de país que cresça com inflação alta. A tabela abaixo mostra que os que mais crescem no mundo são aqueles com índices muito baixos. A média de metas de hoje, nos países desenvolvidos e industrializados, é de cerca de 2% ao ano e nos emergentes, de 3%. E esses países cumprem as suas metas. Depois da queda da inflação, em consequência da aplicação do regime de metas por bancos centrais independentes, a maioria dos países que adotam o sistema teve taxas cadentes, juros cadentes e crescimento cada vez maior. Portanto, a experiência mostra que a contribuição que um banco central pode dar para uma taxa de crescimento mais elevada é manter a inflação na meta.

O Brasil já começou a mostrar isso. A inflação, no ano passado, foi de 3,1%, dentro do intervalo definido pelo Conselho Monetário Nacional e em linha com as metas dos países emergentes. Como consequência, a massa salarial aumentou 6,7% e a renda média da população, 4,3%. Isso provocou um crescimento de 6,2% nas vendas do varejo. As condições para que o Brasil possa crescer a taxas mais aceleradas estão sendo criadas.

A experiência da inflação baixa já está sendo sentida pela população, que teve seu poder de compra aumentado, principalmente as classes mais baixas. Isso é a finalidade última de qualquer política

econômica: aumentar o poder de compra, elevar a massa salarial e melhorar a distribuição de renda. Tudo isso está sendo conseguido no Brasil por meio da inflação baixa. O

Brasil também está criando empregos. São, em média, 1,27 milhão de novos empregos por ano, desde 2004. Essa é uma conquista, mais uma vez, da estabilidade. Além disso, o Brasil já acumula hoje reservas internacionais de cerca de US\$ 100 bilhões, quando chegamos a ter apenas US\$ 16 bilhões. O País deixou para trás aqueles tempos de crise externa, crise de balanço de pagamentos e crise da dívida e tem hoje reservas que são superiores à

dívida externa do setor público federal.

Muitas pessoas cobram do Banco Central uma taxa maior de crescimento para o Brasil. É importante lembrarmos que a responsabilidade maior do Banco Central do Brasil é a inflação. E, portanto, a colaboração que o BC pode dar para o crescimento brasileiro é manter a inflação na meta, e o mercado cambial funcionando adequadamente. O BC que tenta ajudar no crescimento afrouxando a política monetária artificialmente só traz inflação, recessão e desemprego.

Não há dúvida de que o País tem desafio muito grande para crescer a taxas mais elevadas. Esse desafio está sendo endereçado nos diversos aspectos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). É um amplo leque de iniciativas, que compete a todos nós apoiarmos, de maneira que o País possa crescer com mais vigor. Mas sempre notando que o BC está cumprindo a sua meta e que a demanda, a renda, a massa salarial e o emprego estão crescendo.

O desafio agora é aumentar a produção. Vivemos um momento onde não estamos mais discutindo como sair de uma crise ou como não entrar numa crise. Estamos discutindo agora como crescer a taxas mais elevadas. É essa a grande oportunidade histórica que o Brasil tem no momento.

*Henrique de Campos Meirelles
é presidente do Banco
Central do Brasil*

“A experiência brasileira, equivalente à dos demais países, é de que inflação alta gera recessão, desemprego, estagnação”

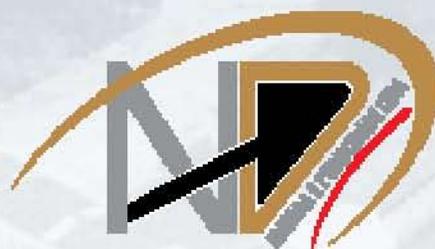
1990-2006* (variação média anual)		
	PIB (%)	Inflação (%)
China	9,7	5,1
Cingapura	6,6	1,5
Índia	6,0	7,3
Coréia	5,8	4,6
Chile	5,6	8,1
Tailândia	5,1	4,0
México	3,2	14,2
Brasil	2,2	48,4

APAREÇA!

ANUNCIE NA GOIÁS INDUSTRIAL E FIQUE CONHECIDO

A revista **Goiás Industrial** é uma publicação enviada às indústrias, às Federações das Indústrias de todo o País, ao poder público, à imprensa e entidades de classe locais e nacionais. É referência em informações sobre o cenário econômico de Goiás e da Região Centro-Oeste, abrangendo a área política e social. Por isso, seu anúncio na **Goiás Industrial** dá visibilidade para a sua empresa, tomando seu produto ou serviço conhecidos do público e reforçando sua marca na mente do consumidor.

Anuncie!
Procure a ND Editora e Publicidade
para maiores detalhes.



Rua 1.034, nº 49, Setor Pedro Ludovico
Goiânia - Goiás - CEP 74823-190 - Tel: (62) 3255-6262
E-mail: nd@ndeditora.com.br



Investindo para crescer junto com o Brasil.

O Grupo Anglo American é um dos maiores do mundo em mineração. Em 2007, se prepara para ficar ainda maior no coração do Brasil. A construção da Usina de Produção de Ferroníquel em Barro Alto, Goiás, vai mais que triplicar a capacidade de produção da Anglo American, inaugurando uma nova fase de crescimento para a empresa no país. Serão 3.000 empregos durante os 3 anos de obras e 750 novos postos de trabalho. Desenvolvimento sustentável que gera melhorias na infra-estrutura local, oportunidades para a comunidade e novas divisas para o país.

Assim é a Anglo American:
uma empresa que cresce no
Brasil levando o Brasil a crescer.



www.angloamerican.com.br